PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU

Departamento Municipal de Educação

Rua Waldemar Lopes Ferraz, nº 325- Jardim Francisca –MiracatuSP-Cep: 11850000

Tele/fax (13) 3847-1265/1860

Email:educacao@miracatu.sp.gov.br



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU
Estado de São Paulo
Praça da Bandeira, 10 – Centro – Fone (13) 3847-7000 – Cep 11.850-000 – Miracatu – SP
Email: gabinete@miracatu.sp.gov.br - site: www.miracatu.sp.gov.br

Mensagem ao Projeto de Lei nº 024/2015

Miracatu, 25 de maio de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal;

Encaminhamos o Projeto Lei nº 024/15 –GB, que **"**Dispõe o Plano Municipal de Educação e dá outras providências".

A Constituição Federal em seu artigo 214, determina que cada Município deve elaborar o seu Plano Municipal de Educação e a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 aprovou o Plano Nacional de Educação, onde o Município utiliza como parâmetro para suas diretrizes, por um período de 10 anos- Plano Decenal.

Desta forma ilustres vereadores, solicitamos a apreciação e aprovação do projeto ora encaminhado.

JOÃO AMARILDO VALENTIN DA COSTA
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ FANES DOS SANTOS
Câmara Municipal
Miracatu-SP.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACATU
Estado de São Paulo
Praça da Bandeira, 10 – Centro – Fone (13) 3847-7000 – Cep 11.850-000 – Miracatu – SP
Email: gabinete@miracatu.sp.gov.br - site: www.miracatu.sp.gov.br

TRAMITA NA CÂMARA SOB Nº 26/15

PROJETO DE LEI Nº 024 DE 25 DE MAIO DE 2015.
Autor : Prefeitura Municipal de Miracatu

"DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO –PME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO AMARILDO VALENTIM DA COSTA DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG nº 17.187.438 - SSP/SP e CPF/MF nº 077.455.138-04, ***Prefeito Municipal***, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo I, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal e na Lei nº13. 005 de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE.

Parágrafo único: este PME é integrado, além da presente parte normativa, pelos seguintes anexos:

I - metas e estratégias (anexo I);
II- atas de reuniões (anexo II);

Art.2º São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos(as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art.3º As metas previstas no Anexo I desta Lei serão cumpridas no prazo de vigência deste PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art.4º As metas previstas no Anexo I desta Lei deverão ter como referência o censo demográfico e os censos da educação básica e superiores mais atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei.

Art.5º A execução do PME e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados, sem prejuízo de outras, pelas seguintes instâncias:

I - Secretaria Municipal de Educação - SME;

II - Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores;

III - Conselho Municipal de Educação - CME;

§1º Compete, ainda, às instâncias referidas no caput:

I - divulgar os resultados do monitoramento e das avaliações nos respectivos sítios institucionais da internet;

II - analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e o cumprimento das metas;

III - analisar e propor a revisão do percentual de investimento público em educação.

§2º A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PME e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

§3º Fica estabelecido, para efeitos do caput deste artigo, que as avaliações deste PME serão realizadas com periodicidade mínima de 01 (um) ano contado da publicação desta Lei.

Art.6º O Município promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências municipais de educação até o final do PME articuladas e coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com outros órgãos relacionados a Educação.

Parágrafo único - As conferências de educação realizar-se- ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PME e subsidiar a elaboração do plano municipal de educação para o decênio subsequente.

Art.7º O município em regime de colaboração com a União e o Estado de São Paulo atuará, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias objeto deste Plano.

§1º Caberá aos gestores do município a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas neste PME.

§2º As estratégias definidas no Anexo I desta Lei não elidem a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumentos jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados, podendo ser complementadas por mecanismos nacionais e locais de coordenação e colaboração recíproca.

§3º O Município criará mecanismos para o acompanhamento local da consecução das metas deste PME.

§4º Haverá regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que necessitem considerar territórios étnico-educacionais e a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada à consulta prévia e informada a essa comunidade.

§5º O fortalecimento do regime de colaboração entre o Município e o Estado de São Paulo incluirá a instituição de instâncias permanentes de negociação, cooperação e pactuação.

Art.8º O Município deverá aprovar leis específicas para o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública no seu âmbito de atuação, no

prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade.

Art.9º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art.10 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, coordenado pela União, em colaboração com o Estado de São Paulo, e o Município, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade da educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino.

Art.11 Até o final do primeiro semestre do último ano de vigência deste PME, o Poder Executivo encaminhará à Câmara dos Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art.12 A revisão deste PME, se necessária, será realizada com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Art.13 Revoga-se a Lei 1.249/2003 que aprovou o Plano Municipal de Educação do Município de Miracatu para o período de 2003-2013.

Art.14 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Miracatu, 25 de Maio de 2015.

JOÃO AMARILDO VALENTIN DA COSTA
Prefeito Municipal

Sumário

1. Apresentação..... 4
1.1. Mensagem do Prefeito.....4
1.2. Mensagem da Secretária Municipal de Educação 5
2. Plano Municipal de Educação- Exigência legal.....6
2.1. Caracterização do Município 8
2.2. Identificação 8
2.3. Caracterização física 9
2.4. Aspectos Históricos 11
2.5. Aspectos populacionais.....12
2.6. Aspectos econômicos.....14
2.6.1. Produção Econômica 15
2.6.2. Produção Agropecuária 16
2.6.3. Agricultura Familiar 17
2.6.4. Mercado de trabalho 17
2.7. Aspectos Sociais 19
2.7.1. Pobreza e Transferência de Renda.....19
2.7.2. Assistência Social.....20
2.7.3. Inclusão Produtiva 21
2.7.4. Indicadores de Saúde Escolares 22
2.8. Aspectos Culturais 25
2.9. Esporte no Município.....29
2.10. Aspectos Educacionais.....30
2.11. Sistema de Gestão da Educação do Município.....32
2.12. Currículo Da Educação No Município 34

3. Níveis De Ensino 34

3.1. Educação Básica 34

3.1.1. Educação Infantil 35

➢ Diagnóstico 35

Tabela 1- Números de Classes – Educação Infantil – 2014 36

Tabela 2- Educação Infantil: Creche- Matrícula Inicial por Dependência Administrativa 36

Tabela 3- Educação Infantil: Pré-Escola-Matrícula Inicial por Dependência Administrativa 37

Tabela 4- Números de Matrículas de 0 a 3 anos/2014 por Unidade Escolar .. 37

Tabela- 5 Números de Matrículas- 2014 38

3.1.2. Ensino Fundamental 39

➢ Diagnóstico 39

Tabela 1- Relação de Escolas Municipais-2014 41

Tabela 2- Ensino Fundamental :Números de Sala de Aulas- 1º/5º Ano- 2014 41

Tabela-3 Ensino Fundamental: Matrícula nasEscolas Municipais - 1º ao 5º Anos-2014 42

Tabela- 4 Classes de Ensino Fundamental nas Unidades Escolares Municipais 42

3.1.2.1. Caracterização Das Escolas Municipais 42

Tabela 5- Participação no Programa Bolsa Família 46

TabelaVII- Número de Matrícula – Pré-Escola 49

3.1.3. Ensino Médio 58

3.1.3.1. Rede Estadual 59

Tabela1- Matrículas no Ensino Médio por Região- 2011 Segundo a região geográfica 77

Tabela 2- Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio Brasil e Regiões-2008-2011 77

Tabela 1- Números Do Censo Da Educaçâo Superior No Brasil Em 2013 80

Tabela 2- Evolução Do Número De Ingressantes E Concluinte Em Cursos De Graduação.....80

Tabela 3: Evolução Das Matrículas (2010-2013) 82

4. Modalidades de Ensino 83

4.1. Educação de Jovens e Adultos 83

Tabela 1- Matrículas EJA – Ciclo I- Ensino Fundamental 86

4.2. Ensino Profissionalizante e Tecnológico 86

- **Histórico.....86**

Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.....91

4.3. Educação Indígena 93

5. Temas Transversais.....94

6. Transporte 95

7. Magistério da Educação Básica.....97

7.1. Formação dos Trabalhadores da Educação e Valorização do Magistério 97

Tabela 1- Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino-2014.....99

Tabela 2- Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino Fundamental-2014.....100

Tabela 3- Dados Escolaridades Funcões Docentes- Rede Municipal.....100

Gestão Financeira da Educação 101

Gestão Democrática, Controle Social e Participação 107

1. Apresentação

1.1. Mensagem do Prefeito

O Plano Municipal de Educação representa o conjunto de avanços que a sociedade de Miracatu deseja para os próximos 10 (dez) anos. Sendo ele um marco na história do Município, foi construído de forma representativa e democrática. Constitui uma contribuição que se soma aos esforços de todas as forças sociais e políticas, com envolvimento do Poder Público e a sociedade civil organizada, onde constam ações em prol da educação de qualidade social.

A educação é a arma mais poderosa para mudar o mundo, e este não pode ser transformado sem antes transformar as pessoas. Por isso, é compromisso desta administração o investimento efetivo nas pessoas, proporcionando educação de qualidade, às crianças, adolescentes, jovens e idosos.

O Plano Municipal de Educação é um instrumento para tornar real essa vontade política.

João Amarildo Valentin da Costa

Prefeito Municipal

1.2. Mensagem da Secretária Municipal de Educação

A Educação é fonte transformadora e através dela o ser humano se compõem e se constrói. Permitir que todos tenham total acesso a ela, é garantir a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Educação coincide com os conceitos de socialização.

O Plano Municipal de Educação de Miracatu apresenta a Educação como um processo de humanização, ou seja, o desenvolvimento integral dos estudantes. Composto por um conjunto de metas quantitativas e qualitativas representa o conjunto de avanços que a sociedade Miracatuense deseja para os próximos 10 (dez) anos.

Elisabete dos Santos Ferreira

Diretora do Departamento de Educação

2. Plano Municipal de Educação- Exigência legal

A Constituição Federal de 1988 constituiu o ponto de partida de uma série de medidas políticas para a área da educação, que tomariam corpo, efetivamente, a partir de meados da década seguinte.

Ocorre que a Constituição Federal de 1988 previu, em seu artigo 214, a existência de um Plano Nacional de Educação, com duração decenal, e estabeleceu que as ações articuladas e integradas do poder público deveriam estar voltadas para: *erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, melhoria da qualidade do ensino, formação para o trabalho, promoção humanística, científica e tecnológica do País, estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto*.

A seu turno, a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em consonância com o mandamento constitucional, estabeleceu que a União deveria, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborar o Plano Nacional de Educação (art. 9º, I).

Por sua vez, o Plano Nacional de Educação 2001/2010 reforçou o mandamento de que os Estados e Municípios também deveriam elaborar seus respectivos planos quando, em seu art. 2º, assim determinou: "A partir da vigência desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no Plano Nacional de Educação, elaborar planos decenais correspondentes".

O Plano Nacional de Educação sancionado em junho de 2014 por força da Lei Federal nº 13.005/2014, define os seguintes objetivos fundamentais:

- Elevação global da escolaridade da população;
- Melhoria da qualidade de ensino em todos os níveis;
- Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso na educação pública;
- Democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo ao princípio da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Observando ainda o artigo 8º do novo Plano Nacional de Educação podemos ainda constatar algumas ações complementares as já previstas na Lei anteriormente citada, onde pontuamos abaixo por entender que deve ser também entendidas como pontos fundamentais para a construção de uma Educação de maior qualidade nos entes federativos deste país:

Art. 8º - Os Estados, o Distrito FederaL e os municípios deverão elaborar seus correspondentes plano de educação, ou adequar os planos já aprovados em lei em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas neste PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.

§ 1º - Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que:

I – assegurem a articulações das políticas educacionais com as demais políticas sociais, particularmente as culturais;

II – considerem as necessidades especificas das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, asseguradas a equidade educacional e diversidade cultural;

III – garantam o atendimento das necessidades especificas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV – promovam a articulação interfederativa na implementação das políticas educacionais;

§2º - os processos de elaboração e adequação dos planos de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de que trata o caput deste artigo, serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

Assim, cada município, considerando também as diretrizes definidas nos respectivos Estados, deve elaborar seu Plano Municipal de Educação, com as políticas educacionais que nortearão os trabalhos da área para os próximos dez anos.

A elaboração deste Plano Municipal de Educação foi feita através de uma parceria do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR) com a Fundação Itaú Social e a Oficina Municipal e pela coordenação da equipe do Departamento de Educação que junto ao grupo do G4, que é um grupo de representantes dos vários seguimentos da sociedade civil, inclusive a equipe escolar que analisaram os resultados alcançados quando vigente o Plano Nacional correspondente ao decênio 2001-2010 e do novo Plano Nacional de Educação, construindojunto à comunidade um diagnóstico da situação atual, estabelecendo diretrizes e metas para os próximos dez anos.

Vale ressaltar que ao elaborar o presente Plano estabelecemos um planejamento duradouro para a área da educação, de forma que seja possível e viável, ao longo de uma década, garantir avanços em benefício de toda a sociedade.

2.1. Caracterização do Município

2.2. Identificação

Município: Miracatu
Região Administrativa: RegistroDiretoria Regional: Miracatu
Endereço: Praça da Bandeira nº:10
Bairro: Centro CEP:11850-000
Telefone: (13) 3847-7000
Nome do Prefeito: JOÃO AMARILDO VALENTIN DA COSTA
Nome da Unidade de Educação: Deptº de Educação
Endereço: R Waldemar Lopes Ferraz nº 325
Bairro: Jardim Francisca
Telefone:(13) 3847-1265/ (13) 38471860
Nome do Responsável: Elisabete dos Santos Ferreira
Cargo: Diretor de Departamento

2.3. Caracterização física

Um dos fatoresde destaque do Município de Miracatu é sua posição geográfica: situa-se próxima (140 km) a maior cidade da América Latina e maior centro emissivo de turistas do País: São Paulo e a 250 km de Curitiba (PR); está também a 140 km do porto de Santos.

Além disso, está na rota do MERCOSUL representada pela Rodovia Regis Bittencourt (BR 116), que corta o município numa extensão de 70 km. É vizinha também de outros municípios turísticos como Juquitiba, Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Eldorado, Pedro de Toledo, Itariri e Iporanga, que podem dar origem, no futuro, a um verdadeiro corredor de ecoturismo.



É um município do Vale do Ribeira situado na região Sul do Estado de São Paulo, com uma extensão de 1.001 km² e com 22.383 habitantes. Localiza-se a uma latitude 24º16'53" sul e a uma longitude 47º27'35" oeste, estando a uma altitude de 27 metros. Apresenta predominânciade clima quente e úmido, com chuvas anuais concentradas entre janeiro e março.

O Município faz parte das três Áreas de Proteção Ambiental (APA's): Área de Proteção Ambiental da Serra do Mar,Área de Proteção Ambiental Cananéia – Iguape – Peruíbe e Estação Ecológica Juréia – Itatins ;uma vez que 70% de seu território são cobertos pela vegetação original da Mata Atlântica. Isto submete Miracatu aos

mecanismos de proteção legal da fauna e flora nativas, os quais, num primeiro momento, representam obstáculos ao crescimento social e econômico da Região, entretanto, sabe-se que é na beleza de seus recursos naturais que o Município poderá buscar a consolidação de sua vocação turística. Mesmo após 506 anos de destruição contínua, Miracatu oferece a exuberância da Mata Atlântica, sua diversidade de fauna e flora, áreas de mananciais com rios encachoeirados, que desenvolvimento sustentável: o turismo (ecoturismo e turismo de aventura).

O Município de Miracatu é formado por bairros abaixo discriminados:

- Aribabá
- Barra Funda
- Biguá
- Biguazinho
- Brangel
- Cafezal
- Chora
- Divisor
- Engano
- Faú
- Felizarda
- Jaraçatiá
- Kamaiti
- Lambari
- Mono
- Mela Mico
- Moraes
- Morro Grande
- Musácea
- Mutuca
- Oliveira Barros
- Pacoval

- Papudo
- Pedra do largo
- Pedro Barros
- Peniche
- Posse
- Posse Nova
- Praia do Almoço
- Ribeirão do Júlio
- Ribeirão Bonito
- Santa Rita do Ribeira
- São Lourencinho
- Serraria
- Serrinha
- Sumidouro do Faú
- Tacanja
- Taquaraçu
- Teagem
- Três irmãos
- Vila São José
- Casa Branca

2.4. Aspectos Históricos

A Vila que originou o Município de Miracatu,foi fundada em 1871 tendo sua elevação a categoria de Distrito em 1872, com o nome de Prainha. São considerados seus fundadores Pedro Laragnoit, seus filhos, José Antônio da Silva Leite e Cônego Scipião Goulart Ferreira Junqueira.

Sua emancipação Político Administrativa ocorreu em 30 de novembro de 1938 pelo Decreto Lei Estadual nº 9775 de 30/11/1938. Em 1944 o nome teve que ser mudado porque existia uma cidade com nome idêntico no estado do Pará. Prainha passou a ser denominada Miracatu, por meio do Decreto Lei nº13334 que em Tupi-

guarani significa gente boa, sendoelevada à sede de comarca em 31/12/1963 pelo Decreto Lei nº 8050.

O transporte da região, praticamente fluvial era feito através de seus dois principais rios, o São Lourenço e o Ribeira de Iguape. Grande número de canoas e depois de vapores de tonelagem regular cruzavam esses rios ligando o Porto de Iguape, escoadouro das riquezas de toda a região à Vila de Prainha. A navegação fluvial perdeu sua importância a partir de 1914 quando foi inaugurado o ramalSantos- Juquiá da estrada de ferro Sorocabana e o Porto de Iguape.

A partir do início do século XX, a região recebeu grande número de imigrantes japoneses que desenvolveram a cultura do arroz e da banana.

2.5. Aspectos populacionais

Os primeiro indícios de ocupação humana na atual região do Município de Miracatu, remontam desde o iníciodo período Holoceno, a mais de 9000 anos. Posssivelmente eram povos que viviam na região litoranea, construtores de sambaquis e que migraram ou expandiram em direção ao planalto, através do rio Ribeirade Iguape e seus afluentes. Seus vestígiospodem ser encontrados nos inúmeros sítios com cheiros (sambaquis fluviais) existentes por todo o Vale do Ribeira e, seus construtores, ocuparam a região até meados do seculo VIII d.C.

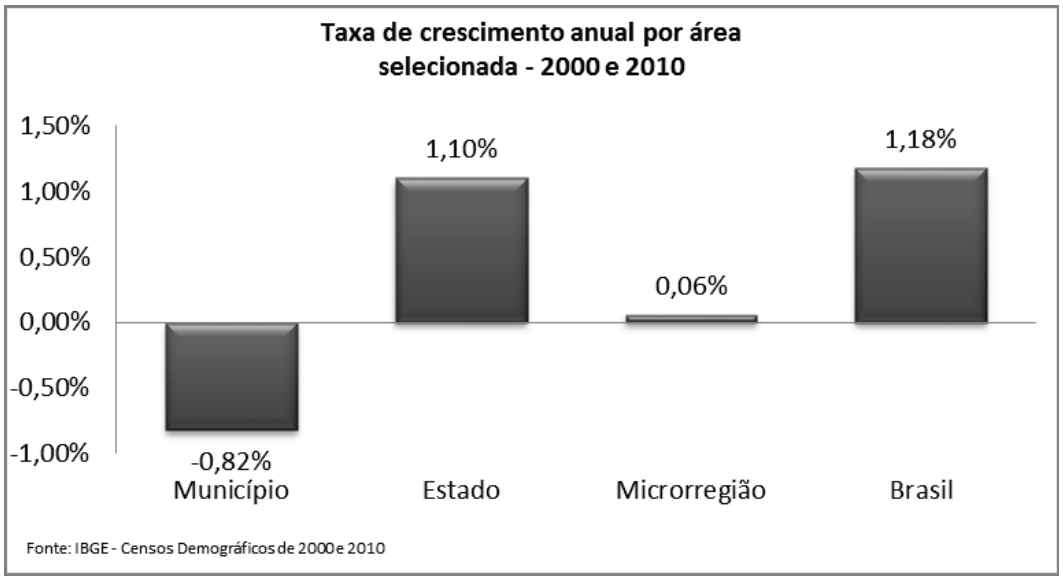
Posteriormente, a região foi ocupada porgrupos caçadores-coletores, cujos sítios, a céu aberto ou em abrigos e grutas, são diagnosticados pela ocorrência de abundante material lítico (lascas, raspadores diversos e pontas de projétil bifaciais), produzido pela técnica de lascamento da pedra,sílex em especial.Em seguida, habitada por populações horticultoras, produtoras de cerâmica.

A Região antes habitada por povos indígenas Guaranis e Tupi-Guarani, recebeu seu primeiro povoado colonizador quando imigrantes franceses adquiriram terras marginais do Rio São Lourenço, para produzir arroz. Atualmente, o Município possui três aldeias indígenas, são elas: Djaikoa-Ty,Uruity e Ambaporã.

Segue abaixo tabelas e gráficos representandoa população do Município de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas:

2.5.1. Demografia

A população do município reduziu, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de -0,82% ao ano, passando de 22.358 para 20.592 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 1,10% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste.

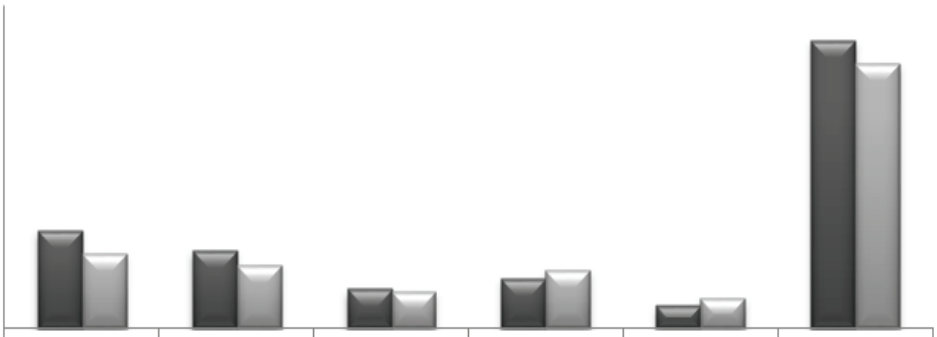


A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período. A população urbana em 2000 representava 48,68% e em 2010 a passou a representar 51,41% do total.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 3,0% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 7,9% da população, já em 2010 detinha 11,5% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -2,6% ao ano. Crianças e jovens detinham 34,1% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 7.614 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 28,5% da população, totalizando 5.862habitantes.

População residente no município por faixa etária - 2000 e 2010



	0 a 14 anos	15 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
2000	7.614	6.056	3.044	3.908	1.761	22.383
2010	5.862	4.927	2.899	4.530	2.374	20.592

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 2000 e 2010

A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu decrescimento populacional (em média -0,51% ao ano), passando de 13.008 habitantes em 2000 para 12.356 em 2010. Em 2010, este grupo representava 60,0% da população do município.

2.6. Aspectos econômicos

A economia predominantemente ligada à agropecuária, tem como destaque o plantio de banana que emprega parte da população local. O município tem 5.240.615 pés de banana em 4.701 ha. de área cultivada e produz anualmente 98.700 toneladas, sendo o segundo maior produtor de banana do Vale do Ribeira. Atrelado ao cultivo da banana, há uma Cooperativa informal denominada "BANARTE", onde são confeccionados produtos artesanais com a fibra da banana, constituindo uma fonte de renda para um grande número de famílias.

Atualmente, já existe a diversificação da cultura agrícola, com o cultivo do palmito pupunha, açaí, café, pecuária e plantas ornamentais.

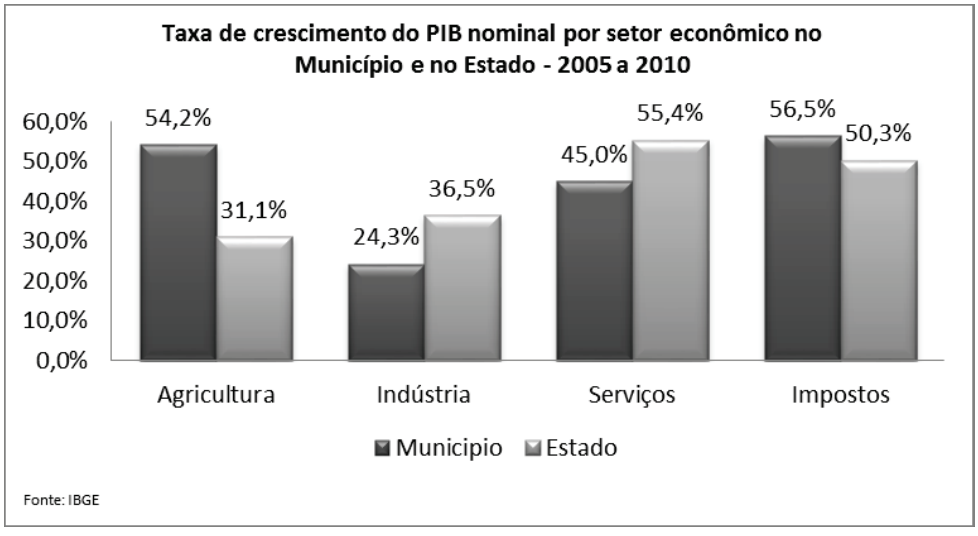
O setor de serviços é outro fator de destaque, pois emprega a maior parte da população que tem trabalho formal. Os demais trabalhadores estão vinculados ao trabalho informal, ou não tem fonte de renda.

2.6.1. Produção Econômica

Entre 2005 e 2010, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 44,9%, passando de R$ 116,9 milhões para R$ 169,4 milhões. O crescimento percentual foi inferior ao verificado no Estado, que foi de 49,2%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual diminuiu de 0,02% para 0,02% no período de 2005 a 2010.

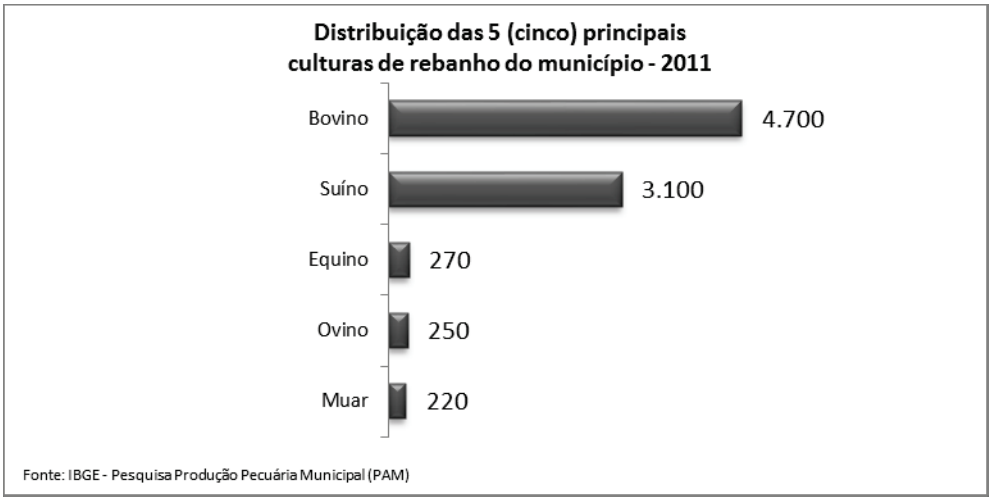


A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual respondia por 67,3% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 9,3% em 2010, contra 10,8% em 2005. Variação essa similar à verificada no Estado, em que a participação industrial cresceu de 10,8% em 2005 para 24,4% em 2010.

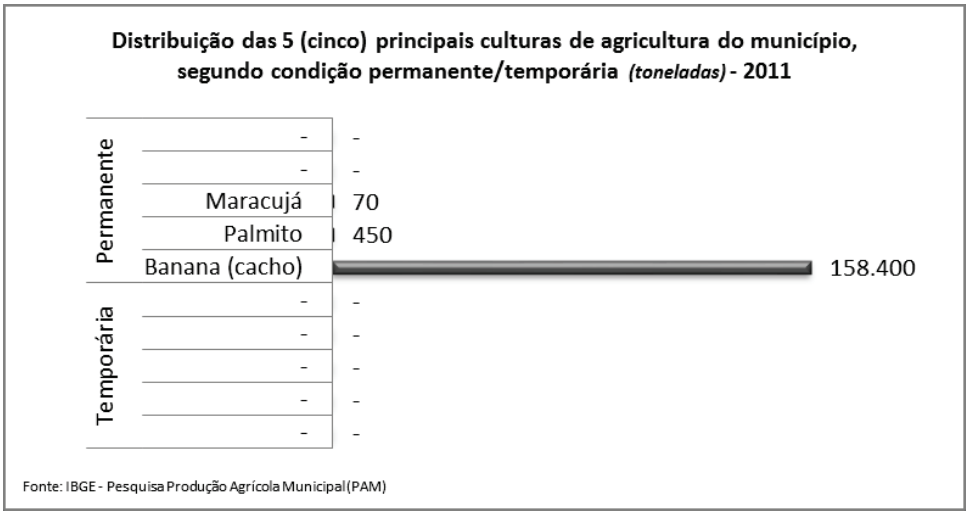


2.6.2. Produção Agropecuária

Quando analisamos os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as 5 (cinco) principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico abaixo:



Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece dados acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das 5 (cinco) principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias, conforme demonstrado no gráfico que segue:



2.6.3. Agricultura Familiar

O município possuía 542 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 67% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 27% da área, ocupavam 47% da mão-de-obra do setor e participavam com 35% do valor da produção agropecuária municipal.

Atualmente, temos 351 agricultores familiares cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) neste município. A tabela abaixo apresenta esses dados relativos também ao seu Estado e ao Brasil:

Quantidade de agricultores cadastrados com **DAP** (Declaração de Aptidão ao Pronaf)

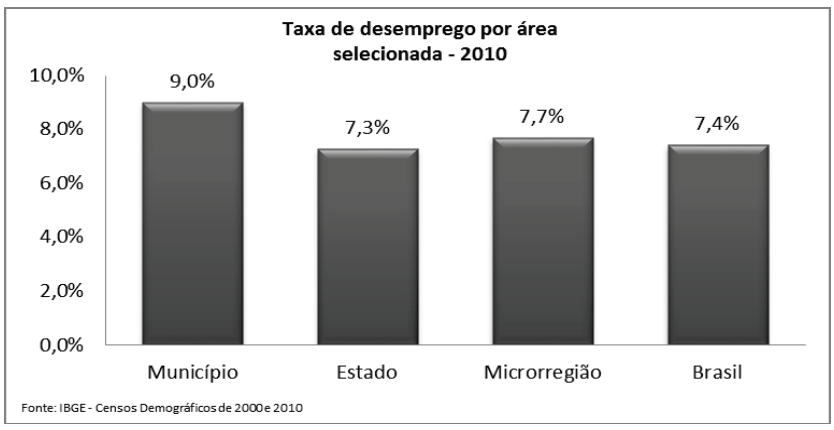
Município	351
Estado	78.580
Brasil	4.395.395

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário

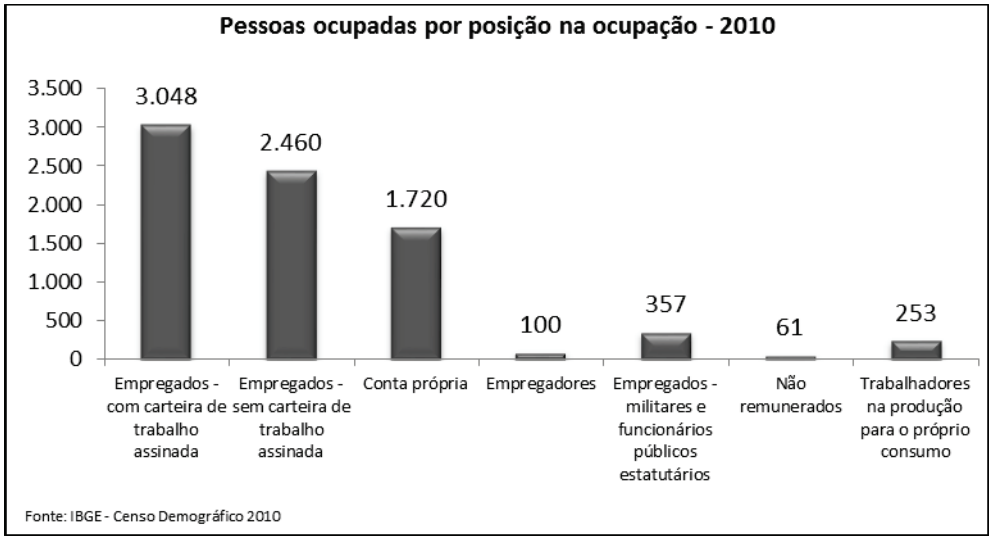
2.6.4. Mercado de trabalho

Conforme dados do último Censo Demográfico, o município, em agosto de 2010, possuía 8.847 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 8.000 estavam ocupadas e 846 desocupadas. A taxa de participação ficou em 52,1% e a taxa de desocupação municipal foi de 9,6%.

No tocante à taxa de desemprego, o gráfico abaixo fornece indicativos de maneira comparativa:



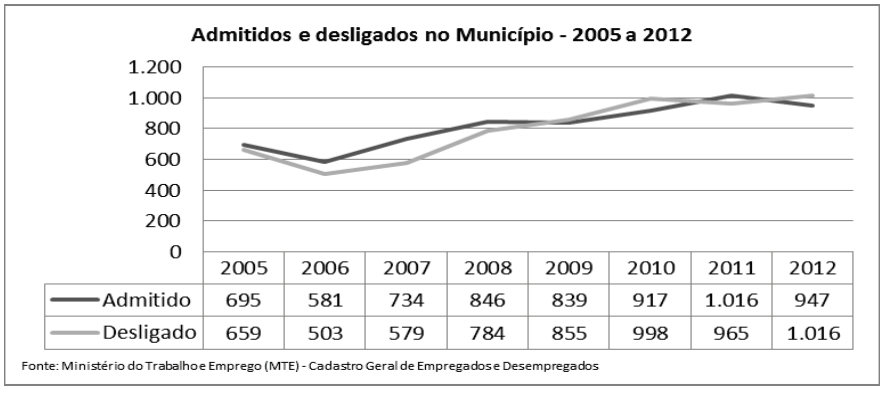
A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 38,1% tinham carteira assinada, 30,8% não tinham carteira assinada, 21,5% atuam por conta própria e 1,3% de empregadores. Servidores públicos representavam 4,5% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio consumo representavam 3,9% dos ocupados.



Das pessoas ocupadas, 5,3% não tinham rendimentos e 46,8% ganhavam até um salário mínimo por mês.

O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R$ 850,83. Entre os homens, o rendimento era de R$ 968,74 e entre as mulheres de R$ 682,04, apontando uma diferença de 42,04% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por cinco anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 216. No último ano, as admissões registraram 947 contratações, contra 1.016 demissões.



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Admitido	695	581	734	846	839	917	1.016	947
Desligado	659	503	579	784	855	998	965	1.016

O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 2.527 postos, 23,5% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 38,8% no mesmo período.

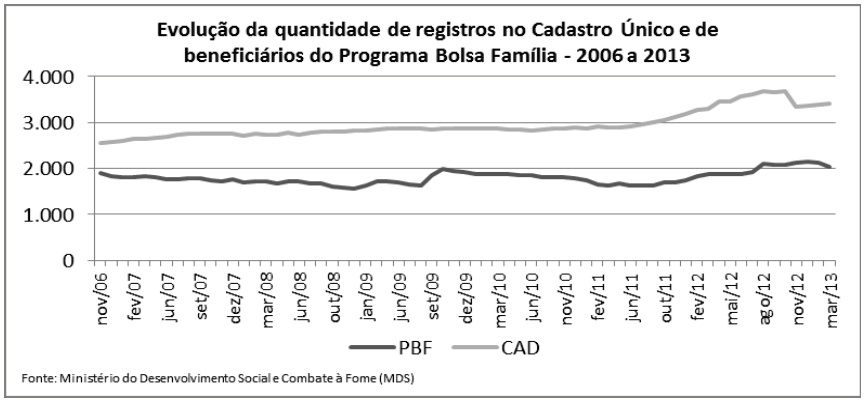
2.7. Aspectos Sociais

2.7.1. Pobreza e Transferência de Renda

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 20.592 residentes, dos quais 1.243 se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R$ 70,00. Isso significa que 6,0% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 1.034 (83,2%) viviam no meio rural e 209 (16,8%) no meio urbano.

No acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) utiliza as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Ele provê dados individualizados, atualizados no máximo a cada dois anos, sobre os brasileiros com renda familiar de até meio salário mínimo *per capita*, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil de cada um dos membros das famílias e as características dos seus domicílios.

De acordo com os registros de março de 2013 do Cadastro Único e com a folha de pagamentos de abril de 2013 do Programa Bolsa Família, o município conta com 3.416 famílias registradas no Cadastro Único e 2.046 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (59,89% do total de cadastrados). O gráfico mostra a evolução desses cadastros para o seu município:

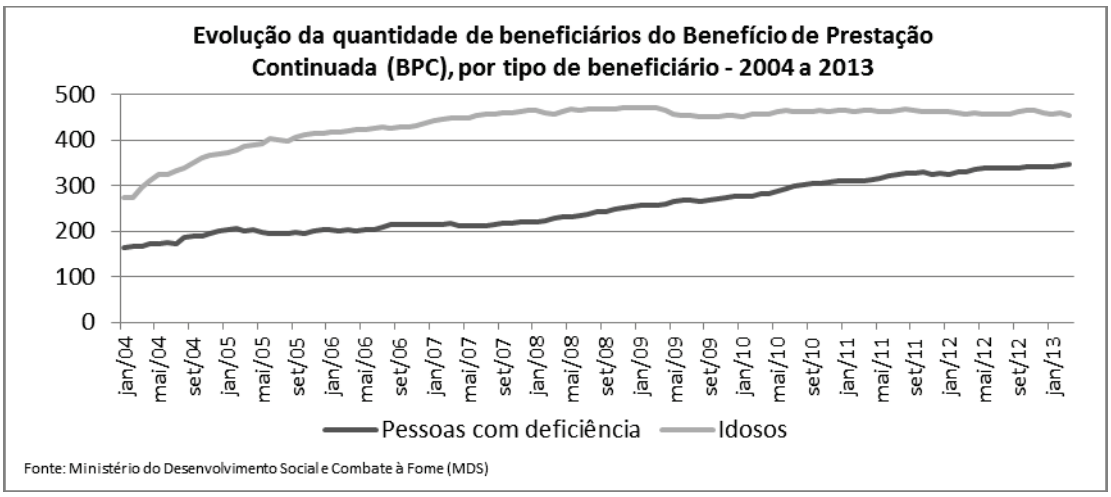


O município apresenta uma cobertura cadastral que supera as estimativas oficiais, de maneira que a gestão municipal do Cadastro Único deve concentrar esforços na qualificação das informações registradas e na atualização dos dados familiares. Com isso, o município poderá abrir espaço para incluir no Bolsa Família as famílias em extrema pobreza já cadastradas e que ainda não recebem os benefícios.

De junho de 2011 a janeiro de 2013, o município inscreveu no Cadastro Único e incluiu no Programa Bolsa Família 267 famílias em situação de extrema pobreza.

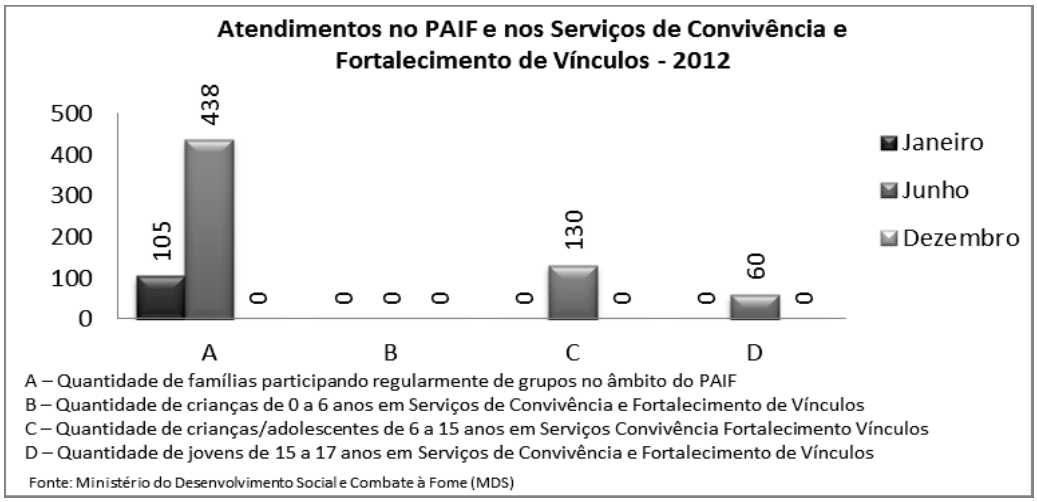
2.7.2. Assistência Social

Os atendimentos realizados no âmbito da rede sócio assistencial também são importantes elementos para o diagnóstico do perfil social do município. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) constitui uma das mais importantes ferramentas de distribuição de renda no âmbito da assistência social, tendo sido instituído ainda na Constituição Federal de 1988. No município, o gráfico abaixo confere informações acerca da quantidade de beneficiários de BPC considerando o período de 2004 a 2013, por tipo de beneficiário:



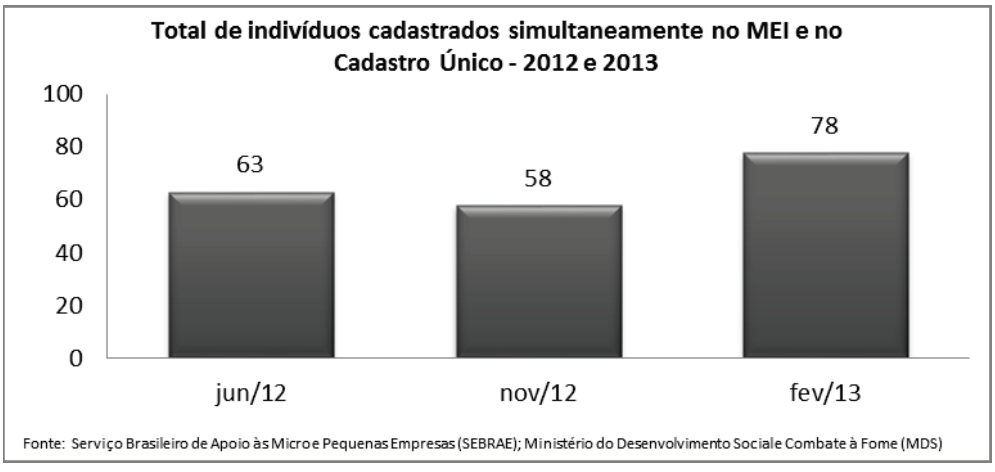
Além do BPC, a Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas, ações e atendimentos, especialmente considerando seus espaços institucionais, como é o caso dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). O gráfico abaixo apresenta os

principais indicadores de atendimento nesse âmbito, considerando os dados coletados no Censo SUAS do MDS para o ano de 2012:

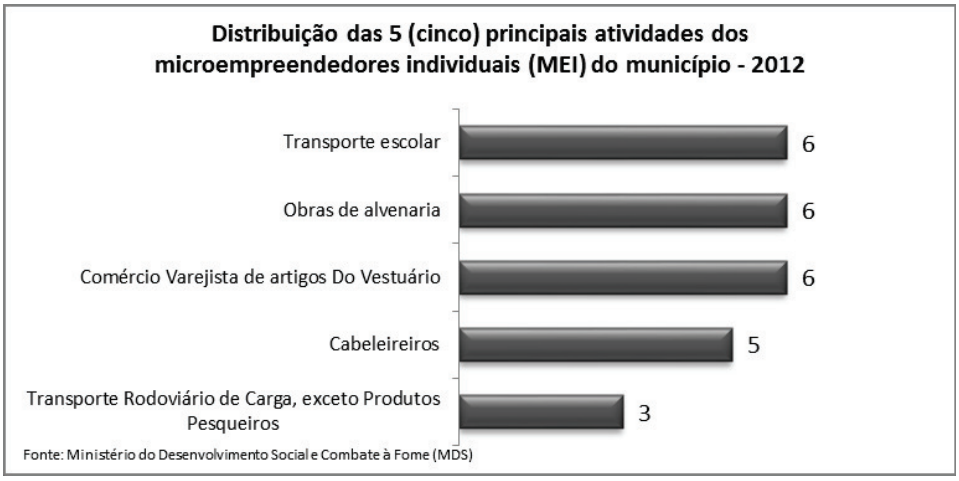


2.7.3. Inclusão Produtiva

Além dos aspectos de cadastramento no Cadastro Único, no Bolsa Família e de atendimento sócio assistencial, é importante analisar, também, o perfil ocupacional dos indivíduos que fazem parte desse conjunto. Para isso, foram analisados os dados mais atualizados do programa de Microempreendedores Individuais (MEI). Em fevereiro de 2013, o município contava com 362 pessoas cadastradas como MEI. Desse total, foi possível encontrar, também, indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único. O gráfico abaixo mostra a evolução do total destes indivíduos, que estão cadastrados tanto no Cadastro Único, quanto no MEI, para os meses de junho de 2012, novembro de 2012 e fevereiro de 2013:



Quando consideramos os indivíduos cadastrados simultaneamente no Cadastro Único e no programa MEI, foi possível observar, para o município, as 5 (cinco) principais atividades econômicas por eles desenvolvidas, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



2.7.4. Indicadores de Saúde Escolares

Programa Estratégia de Saúde da Família(ESF) funciona com uma equipe completa de médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, agente de saúde e dentista, que realiza ações de promoção à saúde,prevenção de doenças e ações de assistências básicas. São 03 (três) equipes, e atendem os Bairros de Santa Rita, Pedro Barros, Oliveira Barros, Barra Funda, Vista Grande, Ribeirão Bonito e Moraes.

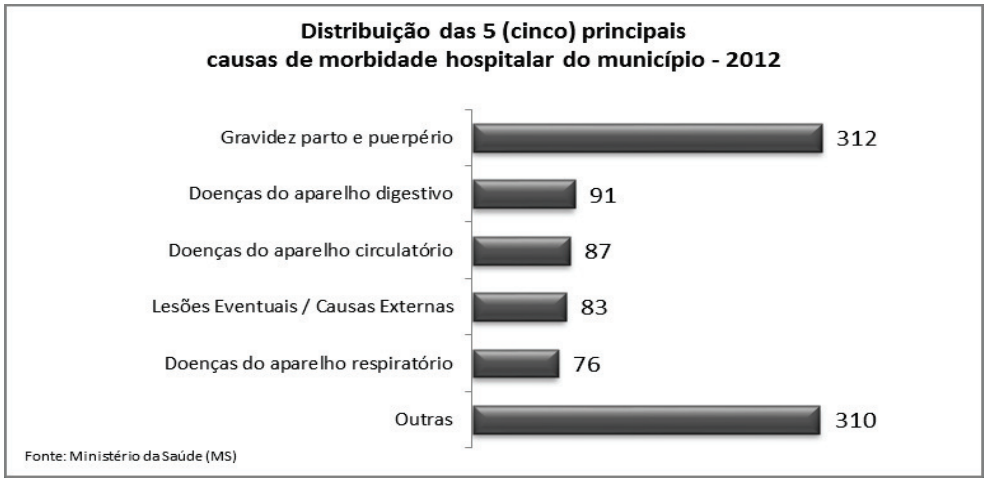
O Controle de vacinas é feita pelas equipes do Programa ESF, pela Unidade Básica de Saúde (UBS) e pelos Postosde Atendimento Rurais, que no Município, existem 3(três).

No corrente ano, o Município aderiu ao Programa Saúde na Escola (PSE), em que estabelece uma parceria entre o Ministério da Educação e Saúde, através dos Departamentos Municipais de Saúde e Educação para realização de ações de promoção de saúde nas unidades escolares cadastradas, sendo que cada unidade escolar ficará sob responsabilidade da equipe de saúde. Esse programa tem duração de 01 (um) ano, sendo removido ao final desse período,prevendo transferência de recursos financeiros à equipe de saúde da área mediante cumprimento de metas.

O município realizou sua 1ª edição ao programa no dia 06/06/2014, devendo realizar as ações até dia 06/06/2015 para ser avaliado.

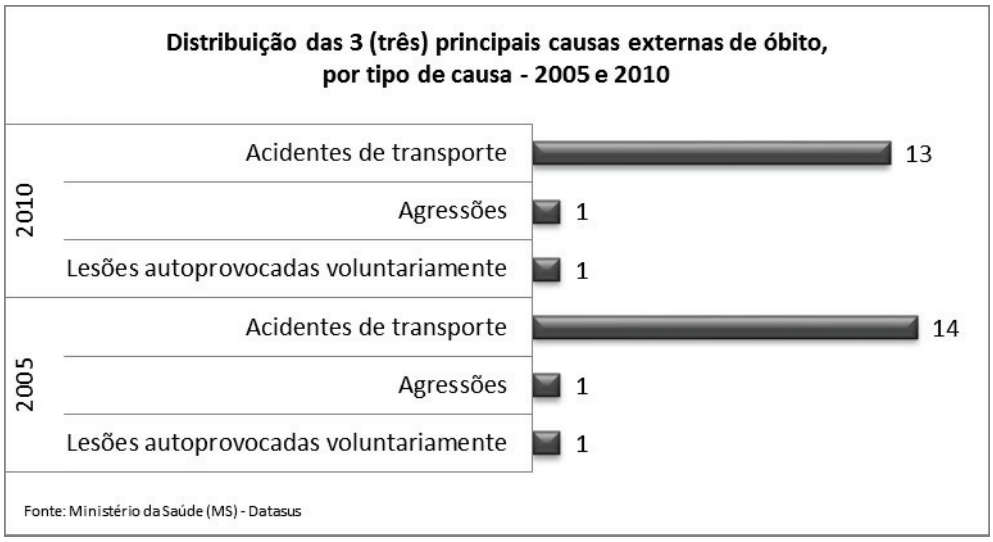
Os dados do Ministério da Saúde são importantes para diagnosticar a situação da área do município. No tocante à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de 6 crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 7.037 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 11,6 crianças a cada mil nascimentos.

No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação são as listadas no gráfico abaixo:

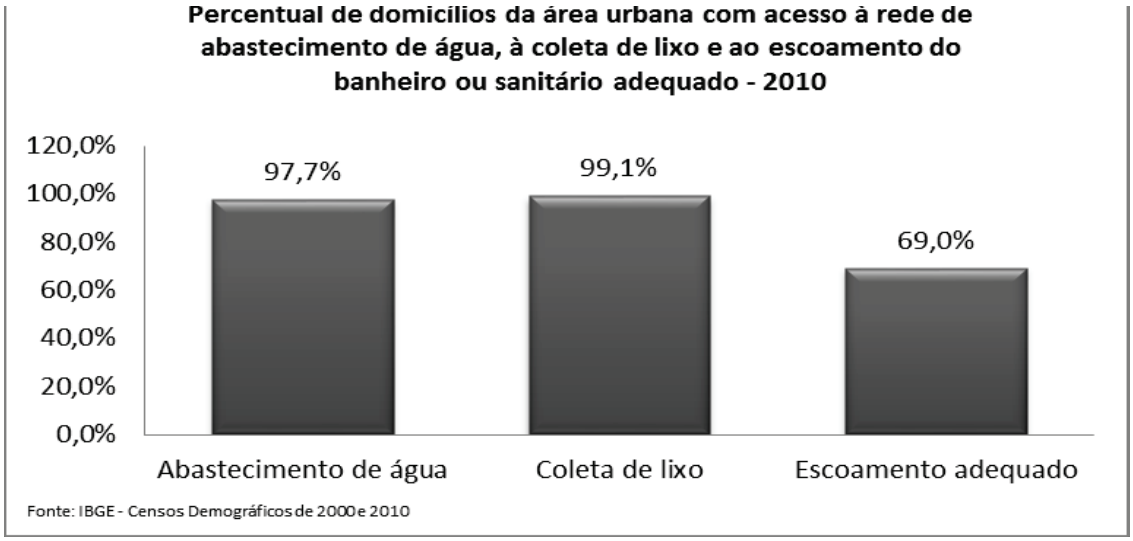


Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 4.927 indivíduos, sendo que 00 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as 3 (três) principais causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, as que seguem no gráfico abaixo, tomando por base os anos de 2005 e 2010:



Por fim, é importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo Demográfico de 2010 revelaram que na **área rural** do município, a coleta de lixo atendia 96,5% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 63,6% dos domicílios particulares permanentes e 44,5% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado. No caso da **área urbana**, o gráfico abaixo fornece a distribuição desses serviços para os domicílios particulares permanentes:



2.8. Aspectos Culturais

A cultura nasce de uma necessidade de expressão e comunicação do homem, no espaço onde vive e convive com outros homens. No mundo contemporâneo, a cultura acha-se, cada vez mais, enraizada em uma base territorial, com suas diversidades e identidades peculiares. O Município de Miracatu promove ações de preservação da memória e de incentivo às manifestações culturais,valorizando–as e assegurando que os diversos grupos da cultura popular, que representam a identidade local, tenham espaço de destaquena programação das festividades. Os eventos realizados apresentam uma programação variada, que abrange as diversas áreas e linguagens artístico-culturais, por meio de exposições, apresentações artísticas e artesanais, festivais, concursos.

Dentre os atrativos locais destacam-se os eventos culturais mais significativos:

- Folia de Reis, uma festa tradicional do Bairro de Pedro Barros que é realizada em dezembro á janeiro;
- Festa Caipira, conhecida como “Arraiá”, um costume local que acontece anualmente no mês de julho;
- Rodeio, Festa da Banana que acontecem em conjunto no mês de novembro;
- Desfile Cívico,com a participação das escolas municipais, estaduais e entidades locais que se apresentam, exatamente no dia 30 de novembro em comemoração ao Aniversário de Miracatu.

- **Na música, destacam-se:**

- **Coral Municipal Laurindo de Almeida**, fundado em 10 de abril de 2001 conta hoje com um total de 25 integrantes. Realiza várias apresentações Estaduais, Regionais e Municipais, com repertório Religioso e Música Popular Brasileira. Participa do Mapa Cultural Paulista nas Edições desde 2001 até o presente ano , com apresentações nos encontros de Corais em todo Estado e nas principais Festas e Eventos do Município de Miracatu e Região do Vale do Ribeira. Tem à frente do Coral, o Regente Isaac Vieira Reis.



- **Fanfarra Municipal Miyoji Kayo**, sob a regência do Maestro Clayton Vanderlei de Freitas foi fundada em 18 dezembro de 1993, com um total de 60 alunos de 08 à 18 anosque se apresentam nos eventos culturais da cidade e tem participação em vários concursos Nacionais e no Estado de São Paulo.





- **Banda Municipal Sebastião Hilário Thiago**, fundada em 26 de abril de 1994, conta hoje com um total de 35 integrantes sob a Regência do Maestro Isaac Vieira Reis. Realiza várias apresentações no âmbito Estadual, Regional e Municipal, com repertório Popular e Erudito. Desde2001, até a presente data, tem participado das principais Festas e Eventos do Município de Miracatu e Região Vale do Ribeira.



- **Também integram a cultura típica do município:**

- No aspecto folclórico, de festas populares, destacam-se o carnaval ao ar livre acompanhando o calendário nacional, e a Festa Religiosa em homenagem à Padroeira do Município, Nossa Senhora das Dores,comemorado em 15 (quinze) de Setembro, que conta com aparticipação efetiva da comunidade

- na organização do evento. Nesse dia é realizada uma quermesse com objetivo de integrar culturalmente a região.

- **Festival "Nossa Arte"**

O Programa Nossa Arte é uma proposta da FENAPAES (Federação Nacional das APAE's) que tem como objetivo promover a arte através de apresentações e

exposições em diversos gêneros artísticos, com fins educacionais e formativos, congregando as pessoas com deficiências, provenientes dos diversos Estados do país. Partindo desse Programa, em 1995, desenvolveu-se como atividade artística o primeiro Festival Local e Regional Nossa Arte. Naquele ano a APAE do Município de Miracatu, foi vencedora do Festival Regional, tendo a oportunidade de apresentar-se na cidade de São Paulo, no Memorial da América Latina. No ano seguinte, o II Festival foi sediado na Concha Acústica de Miracatu.

A partir destas duas edições, a APAE firmou integralmente o Programa Nossa Arte, sempre em parceria com a Prefeitura Municipal, através do Departamento Municipal de Cultura.



- **No artesanato destaca-se:**

A Associação Cultural "BANARTE", voltada para o artesanato que é produzido na cidade,com a utilização da fibra da banana. Tornou-se uma importante fonte de renda para muitas famílias, tendo conquistado espaço no mercado interno e sendo exportado para vários países. Trata-sede uma cooperativa informal, composta por um grupo de artesãos, que trabalham na confecção de diversos produtos,como tapetes,baús, almofadas, jogos americanos, esteiras, bolsas, entre outros,que são postos à venda na Casa do Artesão, espaço cedido pela Prefeitura,onde todos podem conhecer e adquirir o produto artesanal.

Há também o Museu Municipal Pedro Laragnoit, fundado em 18 de Novembro de 1983,que conta com um acervo de cerca de quinhentas peças que resgata um pouco da história do Município.



Fonte: Prefeitura Municipal

A cidade dispõe ainda, de um espaço destinado à cultura popular, onde são realizadas apresentações e leituras voltadas às histórias da região, produzidas pelo grupo cultural “Batucajé”. O grupo do Vale nasceu do encontro do poeta Júlio Cesar com o cantador Antônio Lara no final dos anos 90. Assim surgiu o Batucajé, misturando poesia e música, amparado também pelo grande músico André Mendes.

O grupo marcou presença em apresentações por todo o Estado, em Universidades, teatros, casas de cultura e em comunidades tradicionais. Batucajé do Vale deixa em voga sua afinidade com a cultura caiçara e quilombola, com o Iirismo do Vale do Ribeira.

2.9. Esporte no Município

O Esporte é um fenômeno cultural e social que exerce grande influência na nossa cidade. O Município conta com treze quadras poliesportivas, sendo cinco pertencentes às escolas municipais e oito destinadas às escolas estaduais, as quais estão abertas à comunidade. O Município através do Departamento de Esportes

estimula a prática de esportes, através treinamentos em Escolinha de futebol, futsal e Jiu-Jitsu, bem como promove e apóia campeonatos das diversas modalidades esportivas.

A cidade em seus eventos utiliza o Estádio Municipal ”Reynaldo Lepsch” e o Ginásio de Esportes “Soey Nakamura”, um dos maiores do Vale do Ribeira com capacidade para três mil pessoas, sendo palco de importantes eventos esportivos, culturais e religiosos, municipais e regionais.

A prática de atividade física na terceira idade torna-se um fenômeno cada vez mais comum, isso porque praticar atividade física melhora a qualidade de vida das pessoas em idade avançada. O Município investiu em espaços com equipamentos de práticas esportivas, destinados ao condicionamento físico e exercícios físicos para a terceira idade, o Centro de Convivência do Idoso (CCI) onde eles se reúnem e participam de diversas atividades físicas e recreativas.

2.10. Aspectos Educacionais

A Educação Básica é o primeiro nível do ensino escolar no país e compreende três etapas: a Educação Infantil (para crianças de zero a cinco anos), o Ensino Fundamental (para alunos de seis a catorze anos) e o Ensino Médio(para alunos de quinze a dezessete anos).

Ao longo desse percurso, crianças e adolescentes devem receber a formação comum indispensável para o exercício da cidadania, como aponta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Também é um objetivo da Educação Básica fornecer os meios para que os estudantes progridam no trabalho e em estudos posteriores, sejam eles no ensino superior ou em outras modalidades educativas.

O atendimento educacional do Município de Miracatu, é realizado por Instituições Filantrópicas, Municipais, Estaduais e uma Privada.

Estabelecimentos de Ensino, por Dependência Administrativa, segundo a etapa/modalidade ministrada, no ano de 2014.

Estabelecimento de Ensino	Dependência administrativa				
	Total	Municipal	Estadual	Federal	Privada
Educação Infantil	09	08	_	_	01
Ensino Fundamental I	15	14	_	_	01
Ensino Médio	_	_	_	_	
Ensino Fundamental II e Médio	09	_	08	_	01
Educação Especial	01	_	01	_	_
Educação de Jovens e Adultos	11	04 Polos	07	_	_
Educação Profissional e tecnológica	01	_	O1	_	_
Educação Indígena	03	_	03	_	_
Educação Superior	_	_	_		_
Total de estabelecimentos	35	22	12	_	01

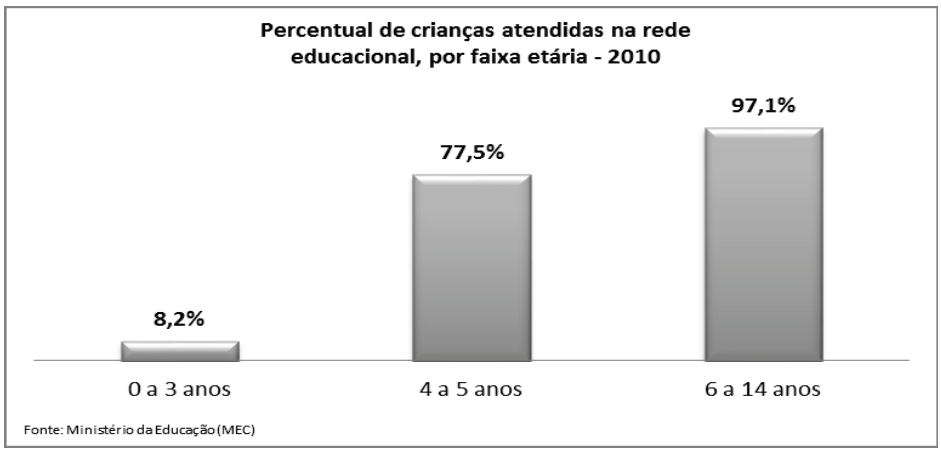
Os Estabelecimentos de Ensino de Educação Infantil estão distribuídos em 06 (seis) creches, das quais duas compartilham o espaço com a pré- escola; 01 (uma) Unidade Sede; 01 (uma) Unidade no Jardim Yolanda e 09 (nove) Unidades que compartilham prédio com escolas de Ensino Fundamental. No atendimento ao Ensino Fundamental I, no bairro Oliveira Barros, o prédio escolar é compartilhado com a escola estadual.

Os quatro pólos de atendimento à Educação de Jovens e Adultos- Ciclo I – Municipais, funcionam em escolas de Ensino Fundamental I; na modalidade da Educação de Jovens e Adultos- Ciclo II apenas um prédio não é compartilhado, a saber o CEEJA.

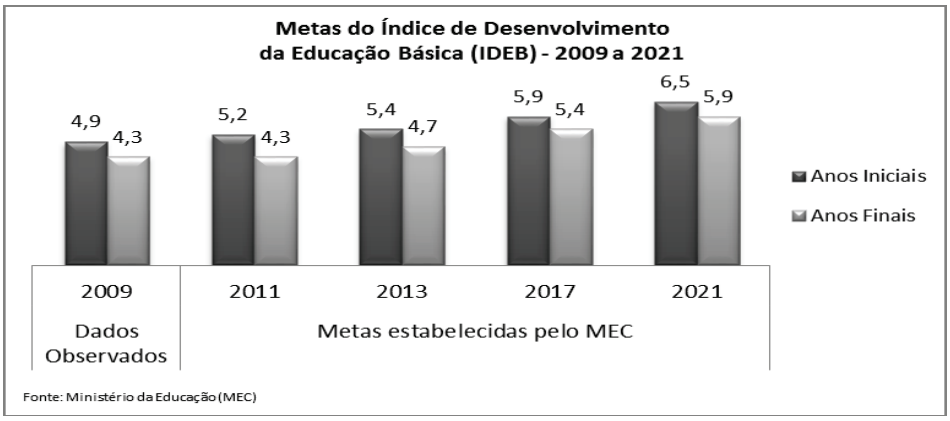
Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 9,2%. Na

área urbana, a taxa era de 6,2% e na zona rural era de 12,4%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 1,7%.

No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:



Foram calculadas, também, metas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), conforme se observa no gráfico abaixo:



2.11. Sistema de Gestão da Educação do Município

O Sistema Municipal de Ensino do Município foi criado pela Lei nº 1.247 de 15 de Dezembro de 2003, tendo como base legal a Constituição Federal , a Constituição do Estado de São Paulo, a Lei de Diretrizes e Base da Educação, n° 9.394 de 20/12/96, a Lei Federal nº 9.424, de 24/12/96, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e a Lei Orgânica do Município de Miracatu.

De acordo com o Artigo 2º da Lei nº 1.247/ 2003 o Sistema Municipal de Miracatu, tem como base, as seguintes Diretrizes:

I- a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõe a comunidade;

II- o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

III- a preservação, difusão e expansãodo patrimônio cultural;

IV- o desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade,

V- a fundamentação de convivência social em: aprender a aprender, aprender a conviver com a diferença, aprender a comungar, aprender a interagir, aprender a decidir em grupo, aprender a zelar pela saúde, aprender a cuidar do ambiente e aprender a valorizar o saber social.

A Seção I da referida Lei trata dos objetivos da Educação Municipal em seu Artigo 3°,sendo eles inspirados nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, visando o pleno desenvolvimento do educandoe seu preparo para a cidadania. Está previsto também no mesmo artigo, a garantia da participação de docentes, pais e demais segmentos ligados às questões educacionais do Município na formulação de suas políticas e diretrizes.

O Sistema Municipal de Ensino de Miracatu, compreende: as instituições de ensino fundamental e de educação infantil, mantidas pelo Poder Público Municipal; as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada; Departamento de Educação (órgão administrativo); Conselho Municipal de Educação (órgão Colegiado) e conjuntos de normas complementares.

O Conselho Municipal de Educação(CME) é um órgão colegiado e permanente do Sistema Municipal de Ensino (SME) política e administrativamente autônomo, tem caráter deliberativo, normativo, consultivo e fiscalizador sobre os temas de sua competência. Foi criado pela Lei nº 1.124, de 18 de Novembro de 1999, com o objetivo assegurar aos grupos representativos da comunidade o direito de participar na definição de diretrizes da educação no âmbito do sistema, concorrendo para elevar a qualidade dos serviços educacionais.Como espaço público de discussões, formulações e decisões de demandas educacionais o CME/Miracatu observando o princípio da autonomia e da gestão democrática do ensino público, está incumbido de contribuir com a democratização da gestão

educacional do Sistema Municipal de Ensino/Miracatu. O município tem Conselho Municipal de Educação desde 1999.

Atuam juntamente, no Município, com o Conselho de Educação(CME), o Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o Conselho de AlimentaçãoEscolar (CAE) e os Conselhos de Escola (CE). O Departamento de Educaçãotem a incumbência de orientar e verificar o cumprimento da legislação e das normas; acompanhar a execução das propostas pedagógicas das instituições escolares, bem como coordenar, com a participação do Conselho Municipal de Educação, a Avaliação do Rendimento Escolar do Município (SAREM), que abrangerá os diversos fatores que determinam a qualidade do Ensino.

Conforme o Artigo 13, Parágrafo Único da Lei supramencionada: “As ações do Departamento de Educação pautar-se-ão pelos princípios de gestão democrática, produtividade e racionalidade sistêmica e progressivo grau de autonomia das unidades escolares, priorizando a descentralizaçãodas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras”.

O Sistema Municipal de Educação de Miracatu prioriza o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assegurando padrão adequado de qualidade do ensino ministrado.

2.12. Currículo Da Educação No Município

As Escolas Municipais ministram Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos, de acordo com os currículos constantes da sua Proposta Pedagógica, contemplando uma Base Nacional Comum e uma parte Diversificada, nos termos da Legislação Vigente. Os Componentes Curriculares a serem trabalhados nas séries são indicados no Plano Escolar e a partir desse, cada Unidade Escolar elabora seu Plano de Ensino.

3. Níveis De Ensino

3.1. Educação Básica

3.1.1. Educação Infantil

- **Diagnóstico**

A Educação Infantil, ofertada no Município, pauta-se na Constituição Federal, artigo 205, onde é vista como um direito de todos, inclusive das crianças de zero a 5 (cinco) (5) anos, conforme reforça o artigo 208: *"O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade". E conforme o artigo 7º, inciso XXV dos Direitos Sociais, todo trabalhador urbano ou rural tem direito a "assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento, até os seis anos de idade em creches e pré-escolas".*

A Educação Infantil, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), é considerada a primeira etapa da Educação Básica. Isto se encontra ressaltado no Art. 29, onde se estabelece:*"(...) tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade."*

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 3.069/90, enfatiza a Educação Infantil como dever do Estado. No Município de Miracatu, a carga horária mínima anual para a Pré-escola serão de 800 horas (oitocentos) horas distribuídas em 4 (quatro) horas diárias, com no mínimo 200 (duzentos) dias letivos anuais.

Para garantir a Educação Infantil, é necessário o regime de cooperação entre União, Estado e Município. O Plano Nacional de Educação dispõe que a União e o Estado devem exercer a ação supletiva junto aos municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras. Contudo, a responsabilidade maior é da esfera municipal que deve cooperar com 10% dos recursos.

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Miracatu, foi inaugurada em 30/11/94, durante a gestão do Prefeito Sr. Mioji Kayó, para atendimento às crianças da Educação Infantil (Pré Escola I e II), a partir de 1995 com o nome de Escola Municipal de Educação Infantil de Miracatu.

Conforme Decreto nº 165/04 do Executivo Municipal de Miracatu de Dezembro de 2004 as Unidades Municipais que ministram Ensino de Educação Infantilmantidas pela Prefeitura Municipal de Miracatu, denominam-se Centro Integrado de Educação Infantil (CIEIM), atendendo crianças em idade de creche e pré-escola.Essas Unidades são regidas com base nos dispositivos constitucionais,

na Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente fiscalizadas e supervisionadas pelo Conselho Municipal de Educação e nas demais disposições vigentes.

A partir do ano de 2008 o Centro integrado de Educação Infantil de Miracatu passou a atender crianças com faixa etária de 4 anos incompletos (Pré I) e 5 anos e 11 meses (Pré II) seguindo as Novas Diretrizes do Ensino Fundamental de 9 anos.

Atualmente, encontra-se na Rede de Ensino do Município de Miracatu 17 Unidades que atendem a Educação Infantil, sendo 06 creches das quais duas (02) compartilham prédio com a pré-escola; 02 (duas) unidades com atendimento exclusivo a pré–escola (EMEI Jardim Yolanda e CIEM-Sede) e nove (09) que funcionam junto às escolas de Ensino Fundamental.

Em 2014, o Centro Integrado de Educação Infantil/sede de Miracatu atende a 10 classes, sendo 5 classes de Pré I, 5 classes de Pré II e 18 classes nas escolas vinculadas, totalizando, assim, 28 classes de Pré–Escola num total de 575 alunos. O Município conta com 06 Creches Municipais.

As tabelas abaixo representam o atendimento da Educação Infantil no Município.

Tabela 1- Números de Classes – Educação Infantil – 2014

Dependência Administrativa	Creche	Pré-Escola
Estadual	_	_
Municipal	06	28
Particular	02	02

Fonte: INEP/Censo Escolar

Tabela 2- Educação Infantil: Creche- Matrícula Inicial por Dependência Administrativa

Ano/Dependência	Total	Municipal	Estadual	Privada
2010	**149**	**141**	**-**	**08**
2011	**164**	**160**	**-**	**04**
2012	**167**	**158**	**-**	**09**
2013	**185**	**177**	**-**	**08**
2014	**161**	**154**	**-**	**07**

Fonte: INEP/Censo Escolar

Tabela 3- Educação Infantil: Pré-Escola-Matrícula Inicial por Dependência Administrativa

Ano/Dependência	Total	Municipal	Estadual	Privada
2010	**632**	**620**	**-**	**12**
2011	**572**	**566**	**-**	**06**
2012	**552**	**548**	**-**	**04**
2013	**586**	**576**	**-**	**10**
2014	**584**	**575**	**-**	**09**

Fonte: INEP/Censo Escolar

A Educação Infantil é dividida em duas fases:

- Creche para crianças de 0 a 3 anos
- Pré- escola para crianças de 4 a 5 anos

Creches que funcionam no centro:

- Creche Jardim Miracatu
- Creche Bem me Quer
- Creche Ciranda

Creches que funcionam nos bairros:

- EMEI Vila São José
- EMEI Oliveira Barros
- EMEI Santa Rita de Cássia

Tabela 4- Números de Matrículas de 0 a 3 anos/2014 por Unidade Escolar

Unidades Escolares (Creches)	**Nº de Matrículas**
EMEI Bem Me Quer	34
EMEI Jardim Miracatu	43
EMEI Ciranda	31
EMEI Vila São José	16
EMEI Santa Rita de Cássia	10
EMEI Bons AmiguinhosOliveira Barros	20
Total	154

Estão vinculadas ao Centro Integrado de Educação Infantil de Miracatu (CIEIM) as classes de Pré-Escola dos bairros abaixo relacionados:

- EMEI Jardim Yolanda
- EMEIEF Santa Rita de Cássia
- EMEI Oliveira Barros
- EMEIEF Jardim Alvorada
- EMEIEFJulia Bottaro
- EMEIEF Vila São José
- EMEIEF Bairro do Engano
- EMEIEF Vista Grande
- EMEIEF Ribeirão Bonito
- EMEIEF Walfredo Lauro Luppi
- EMEIEF Sítio dos Moraes

Tabela- 5 Números de Matrículas- 2014

Unidades Escolares	PRÉ I	PRÉ II	TOTAL
EMEI Jardim Yolanda	43	37	80
EMEIEF Santa Ritade Cássia	28	17	45
EMEI Oliveira Barros	19	11	30
EMEIEF Jardim Alvorada	14	10	24
EMEIEF Júlia Bottaro	14	21	35
EMEIEF Vila São José	18	18	36
EMEIEF Bairro do Engano	12	13	25
EMEIEF Vista Grande	12	13	35
EMEIEF Ribeirão Bonito	08	03	11
EMEIEF Walfredo Lauro Luppi	10	09	19
EMEIEF Sítio dos Moraes	07	10	17
Centro Integrado de Ed. Infantil	97	112	209
Total de alunos	282	274	556

3.1.2. Ensino Fundamental

O Ensino fundamental, com matrícula obrigatória para crianças a partir dos seis anos de idade, chamada de anos iniciais e com duração de 5 (cinco) anos,em regra para estudantes de 6 (seis) a 10 (dez) anos de idade, sendo essa de responsabilidade do Município de Miracatu; e anos finais , com 4 (quatro) anos de duração , para os de 11 (onze) a 14 (quatorze) anos até a data de hoje, ainda é de responsabilidade do Estado, visto que no processo de Municipalização o Município assumiu apenas os anos iniciais. Essa etapa da Educação Básica devedesenvolver a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo, além de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família.

- **Diagnóstico**

O acesso ao Ensino Fundamental gratuito, direito constitucional, é oferecido no Município de Miracatu pelas redes municipal, estadual e particular. Atualmente, em 24 escolas, sendo 15 municipais (1º ano ao 5º ano), 08 estaduais,(6º ano ao 9º ano) e 01 particular (1º ano ao 9º ano).

Em 1996 a rede estadual de ensino passou pelo processo de municipalização, cabendo, à rede municipal, num primeiro momento o atendimento da demanda de alunos da Escola Walfredo Lauro Luppi sendo esta a primeira Escola Municipal a ser criada, no Bairro de Musácea em acordo com a Lei nº 1.077/97 parágrafo 3º de 29 de Dezembro de 1.997.

A rede municipal aderiu ao Ensino Fundamental de 9 anos em 2007 conforme Decreto nº 36 de 06/09/2007, mas a sua implantação ocorreu no ano de 2008.Como nível de ensino de matrícula obrigatória no País, o Ensino Fundamentalao ter ampliada sua duração de oito para nove anos, trouxe para essa etapa da educação básica um novo contingente de crianças.Ainda que parte dessas crianças de seis anos frequentassem instituições pré-escolares, a incorporação desse segmento do Ensino Fundamental impôs desafios, sobretudo pedagógicos, para a área educacional.

Para se assegurar aos aprendizes opleno desenvolvimento de suas potencialidades, é fundamental, dentre outros aspectos, que a educação se baseie

em uma orientação teórico-metodológica que se definam os objetivos de ensino, a organização do trabalho pedagógico, o tipo de abordagem que se quer dar ao e, por fim, que se considere a realidade sociocultural dos alunos e o contexto da escola.

Vale ressaltar, ainda, que para uma proposta de ensino se tornar um referencial e se materializar em uma prática de ensino adequada, ela deverá ser validada e reconstruída a partir do conhecimento que se tem das crianças e também das interações que se estabelecem entre os participantes do grupo escolar com os objetos do conhecimento. Dessa forma, a avaliação e o planejamento são fatores determinantes para a consolidação desta prática.

As Escolas Municipais oferecem no Ensino Fundamental, carga horária mínima de 1000 horas/aulas anuais ministradas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar. Adotam o Regime Seriado como forma de evolução escolar do aluno previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96. A seriação será do 1º ao 5º ano, possibilitando a permanência na mesma série a alunos a partir do 2º ano, que não apresentarem aproveitamento satisfatório ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco), sendo oferecido acompanhamento com especialistas, bem como ao Conselho Tutelar para alunos com alto índice de faltassem justificativas.

Desde 2009, a rede municipal de ensino desenvolve o Programa Ler e Escrever (3º, 4º e 5º anos)em parceria com a rede pública estadual de ensino. Mais do que um programa de formação, o ProgramaLer e Escrever é um conjunto de ações articuladas que inclui formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos e outros subsídios, constituindo-se como uma Política Pública para o Ciclo I, que busca promover a melhoria do ensino em toda a rede municipal de ensino.

Para atender aos alunos do 1º e 2º anoso Município estabeleceu desde 2008 parceria com a Fundação Bradesco, e, desde, então desenvolve o Projeto Educa + Ação, que tem como objetivo compartilhar experiência da Fundação Bradesco com as escolas públicas parceiras, contribuindo na alfabetização dos alunos por meio da utilização de materiais didáticos e da formação dos educadores.

O Município aderiu, no ano de 2013, o Pacto Nacional pela Alfabetização na IdadeCerta, (PNAIC) que tem como meta alfabetizar crianças até,no máximo 8 anos de idade, ao final do ciclo de alfabetização. Este Pacto tem como eixo principal a formação continuada de professores alfabetizadores.

Tabela 1- Relação de Escolas Municipais-2014

Nome Da Escola	Dependencia Administrativa
EMEF Diogo Ribeiro	Municipal
EMEF Alceu Baltazar de Souza	Municipal
EMEF Walfredo Lauro Luppi	Municipal
EMEIEF Vila São José	Municipal
EMEF Barra Funda	Municipal
EMEF Fazenda Sumidouro	Municipal
EMEIEF Jardim Yolanda	Municipal
EMEF Sítio Vista Grande	Municipal
EMEF Sítio dos Moraes	Municipal
EMEF Bairro Engano	Municipal
EMEF Prof. Sylas Baltazar de Araújo	Municipal
EMEF Santa Rita de Cássia	Municipal
EMEF Júlia Botaro dos Santos	Municipal
EMEF Sítio Ribeiro Bonito	Municipal
EMEF JardimAlvorada	Municipal

Fonte: INEP/Censo Escolar

Tabela 2- Ensino Fundamental :Números de Sala de Aulas- 1º/5º Ano- 2014

Dependência Administrativa	N° de Salas
Estadual	_
Municipal	100
Particular	05

Fonte: INEP/Censo Escolar

Tabela-3 Ensino Fundamental: Matrícula nasEscolas Municipais - 1º ao 5º Anos-2014

Ano/Dependência	1º	2º	3º	4º	5º
2014	339	349	382	336	278
Total de alunos	1.684				

Fonte: INEP/Censo Escolar

A tabela mostra um aumento na matrícula dos 1º, 2º e 3º Anos e um decréscimo nos 4º e 5º Anos.

Tabela- 4 Classes de Ensino Fundamental nas Unidades Escolares Municipais

Ano/Dependência	1º	2º	3º	4º	5º	Classes Anexadas
2014	20	20	20	19	15	06
Total de Classes	100					

Fonte: Censo Escolar 2014.

3.1.2.1. Caracterização Das Escolas Municipais

EMEF Diogo Ribeiro



A Escola Estadual Diogo Ribeiro -Ensino Fundamental- Ciclo-I, situada à Rua Tenente José Públio Ribeiro, 73, subordinada à Diretoria de Ensino – Região de Miracatu, tem o curso de Ensino fundamental da 1º ao 5º Ano.

Denominada “Grupo Escolar de Prainha” no ano de mil novecentos e quarenta e quatro (18/01/1944).Em quatorze de junho de mil novecentos e quarenta e quatro (14/06/1944) recebeu o nome de “Grupo Escolar Diogo Ribeiro .Em 1976 (mil novecentos e setenta e seis) recebeu a denominação de EEPG Diogo Ribeiro” através da resolução SE (Secretaria da Educação) de vinte e dois de janeiro de mil novecentos e setenta seis (22/01/1976) publicada no DOE (Diário Oficial do Estado) de vinte e três de janeiro de mil novecentos e setenta e seis (23/01/1976).E a partir do ano de mil novecentos e noventa e nove (1999) com o novo Regimento e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) passou a chamar-se Escola Estadual “Diogo Ribeiro”- Ensino Fundamental- Ciclo I. Em 05/08/2002, com o processo de municipalização passou a denominar-se EMEF Diogo Ribeiro.A escola está localizada num terreno de 5250m2 (cinco mil duzentos e cinquenta metros quadrados) nesta área está construído o prédio escolar cuja construção é bastante antiga a qual recebeu algumas reformas. Esta escola atende alunos de zona rural e urbana, que não possuem escolas ou de locais onde a escola foi fechada por baixo número de alunos. Atende alunos vindo dos Bairros Teagem, Faú, Capela, Melamico, Kamaite, Tijuco Preto, Sítio Damião, Jardim Miracatu, Vila Expedicionária, Vila Formosa, Estação, Parque Nova Miracatu, Matadouro, Jardim Bela Vista, Jardim Francisca. A EMEF Diogo Ribeiro possue uma escola vinculada EMEF Alceu Baltazar de Souza localizada no Sítio Sumidouro no Bairro do Faú.

Tabela I- Número de Matrícula – 1º/ 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	64	124	142	133	134	597
2011	80	76	127	118	148	549
2012	101	81	69	98	117	466
2013	87	111	79	67	94	438
2014	93	93	108	76	67	437

Fonte: Censo Escolar 2014

Podemos observarque houve uma queda significativa no número de matrículas para o 2º e 5º anos em relação ao ano anterior.

	IDEB Observado					Metas Projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
DIOGO RIBEIRO EMEF	4.5	5.4	5.2	5.1	**5.4**	4.6	4.9	5.3	5.6	**5.8**	6.1	6.3	6.6

EMEF Alceu Baltazar De Souza



A Escola Alceu Baltazar de Souza está localizado no Bairro do Faú, atendendo a 28 crianças alocadas em 02 (duas) classes multisseriadas: 1º/2º/3º anos no período da tarde e 4º /5º anos pela manhã.

Tabela II- Número de Matrícula – 1º/ 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	01	02	07	05	07	22
2011	07	05	03	13	05	33
2012	11	07	03	02	13	36
2013	04	09	07	05	01	26
2014	03	04	08	09	04	28

Fonte: Censo Escolar 2014

EMEF Jardim Alvorada e Vinculadas



A Escola Municipal “Jardim Alvorada”, situada à Rua Joaquim Balbino de Campos s/nº- Bairro Jardim Alvorada, zona periférica rural, a cerca de treze quilômetros do centro da cidade de Miracatu, Estado de São Paulo, foi inaugurada em 02/08/2003. Atende alunosde Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos- Ciclo I.

São vinculadas a esta, quatro Unidades Escolares, instaladas nos Bairros: Oliveira Barros, Vila São José, Barra Funda e Fazenda Sumidouro.

Tabela III- Número de Matrícula – Pré I / Pré II

Ano	Pré I	Pré II	Total
2010	13	14	27
2011	10	13	23
2012	04	11	15
2013	08	08	16
2014	14	10	24

Fonte: Censo Escolar

Tabela IV- Número de Matrícula – 1º/ 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	08	16	18	12	19	73
2011	12	11	14	13	11	61
2012	17	18	19	12	12	78
2013	16	17	14	13	13	73
2014	10	17	18	14	13	72

Fonte: Censo Escolar

Tabela 5- Participação no Programa Bolsa Família

Unidade Escolar	Número de Alunos
EMEF Jardim Alvorada	31
EMEF Sylas Baltazar de Araújo	56
EMEF Vila São José	63
EMEF Barra Funda	09
EMEF Fazenda Sumidouro.	10
Total de Alunos	169

As Escolas abaixo são vinculadas à EMEF Jardim Alvorada. Há em andamento a elaboração de um Projeto de Reforma e Construção que contempla essas Unidades Escolares.

EMEF Sylas Baltazar de Araújo

EMEF Sylas Baltazar de Araújo, localizada no Bairro de Oliveira Barros, utiliza o mesmo prédio em parceriaEstado/ Município, atendendo cinco classes de Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano, num total de 121 (cento e vinte e um) alunos.

Tabela V- Número de Matrícula – 1º/ 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	16	31	37	39	27	150
2011	22	18	23	41	35	139
2012	24	23	16	25	37	125
2013	34	25	26	19	24	128
2014	18	32	30	22	19	121

Fonte: Censo Escolar

	IDEB Observado					Metas Projetadas							
Escola	**2005**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2007**	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**	**2017**	**2019**	**2021**
SYLAS BALTAZAR DE ARAUJO PROFESSOR EMEF				4.5	**5.1**				**4.8**	**5.1**	5.4	5.6	5.9

EMEF Vila São José



EMEF Vila São José, situada no Bairro que denomina a escola, foi transferida para o Município no ano de 1996 (Mil, novecentos e noventa e seis), pela Resolução SE 123 de 13/11/96 através do Processo de Municipalização.

Essa Unidade Escolar atende seis (6) classes do Ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano, totalizando 111 (cento e onze) alunos e 1 (uma) classe de Pré-escola com 34 (trinta e quatro) alunos. Está em andamento o projeto da Construção de uma nova Unidade Escolar para o Bairro da Vila São José a qual atenderá alunos da própria Vila, como também as crianças dos Bairros Sumidouro e Barra Funda . A finalização desta obra está prevista para 2015.

Tabela VI- Número de Matrícula – 1ºao 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	15	18	27	30	25	115
2011	28	18	19	24	35	124
2012	22	38	25	24	21	130
2013	29	17	26	23	20	115
2014	22	25	18	24	22	111

Fonte: Censo Escolar

TabelaVII- Número de Matrícula – Pré-Escola

Ano	Pré I
2013	16
2014	18
Total	34

Fonte: Censo Escolar

EMEF Barra Funda


e

A EMEF" Barra Funda" situada à Estrada da Barra Funda, neste Município, atende crianças do seu Bairro como também dos Bairros circunvizinhos. Atualmente essa Unidade Escolar possui 1 (uma) sala multisseriada, com alunos matriculados no 3º e 5º Ano e 1 (uma) sala com atendimento para estudantes do 4º Ano. Os alunos dessa escola passarão , a partir do ano de 2015, a estudar na EMEF Vila São José.



A tabela a seguir nos mostra uma oscilação no número de matrículas, principalmente no 2º ano.

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	-	14	10	11	06	41
2011	-	07	09	09	11	36
2012	-	-	03	07	08	18
2013	-	08	06	05	08	27
2014	-	-	05	10	03	18

Fonte: Censo Escolar

EMEF Fazenda Sumidouro

A EMEF “Fazenda Sumidouro”, está situadaà 4 quilômetros da Escola “ Barra Funda”. Atualmente, atende alunos do 1º e 2º anos,residentes na Fazenda e sítios dos arredores, totalizando, 14 (quatorze) estudantes.

Os alunos dessa escola passarão , a partir do ano de 2015, a estudar na EMEF Vila São José.

Tabela VIII- Número de matrículas

Ano	1º	2º	3º	Total
2010	-	-	-	-
2011	13	-	-	13
2012	-	10	-	10
2013	04	-	08	12
2014	11	03	-	14

Fonte: Censo Escolar

EMEF Jardim Yolanda



A Escola Municipal de Ensino Fundamental “Jardim Yolanda”,criada pelo Decreto nº 164 de 01/12 / 2004 , está situada a Rua Ladislawa Vitaski Kowales , s/nº,no Bairro Jardim Yolanda.

São vinculadas a essa Instituição, a EMEF Walfredo Lauro Luppi municipalizada pela Resolução SE 140 de 19/09/1997; e a EMEIEF Júlia Bottaro dos Santos, localizada na Avenida Brasil, s/nº, no Bairro Pedro Barros, fundado em Agosto de 2010.

Seguem abaixo as tabelas referentes às matrículas dessas três Unidades Escolares.

Tabela 1- EMEFJardim Yolanda-1ºao 5º Ano

	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	36	69	62	58	60	285
2011	55	46	73	63	58	295
2012	72	76	46	77	73	344
2013	51	61	61	41	72	286
2014	62	54	65	58	42	281

Fonte: Censo Escolar

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
JARDIM YOLANDA EMEF	4.4	4.8	4.7	4.9	**5.4**	4.5	4.8	5.2	**5.5**	5.7	6.0	6.2	6.5

Tabela 2- EMEF Walfredo Lauro Luppi- 1º ao 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	-	17	09	18	09	53
2011	09	06	18	06	17	56
2012	09	09	09	17	06	50
2013	09	08	09	08	15	49
2014	09	10	06	04	07	36

Fonte: Censo Escolar

Tabela 3- EMEIEF Júlia Bottaro dos Santos- 1º ao 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	-	-	27	32	36	95
2011	29	12	18	30	23	112
2012	32	27	10	16	27	112
2013	23	34	26	14	16	113
2014	17	24	33	27	14	115

Fonte: Censo Escolar

EMEF Santa Rita



A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Rita de Cássia, situada à Rua Catorze, nº 238, no Bairro Santa Rita do Ribeira, subordinada à Diretoria de Ensino – Região de Miracatu, oferece atendimento nas modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano –

Ciclo I do Ensino Fundamental de 9 anos), nos períodos matutino e vespertino.A referida Unidade Escolar foi instituída no ano de dois mil e dez. A clientela da escola é formada, em sua grande maioria, por alunos residentes no próprio bairro e oriundos de famílias que residem em outros locais, tais como: Pedra do Largo, Braço Grande, Kiri, Bracinho, entre outros. Sendo assim, a maior parte dos alunos utilizatransporte escolar.

Tabela 1- EMEIEF Santa Rita- 1º ao 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	-	30	27	28	47	132
2011	24	19	26	28	36	133
2012	28	43	19	22	32	144
2013	25	28	49	24	24	150
2014	27	28	29	43	25	152

Fonte: Censo Escolar

	Ideb Observado					Metas Projetadas							
Escola	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
EMEF SANTA RITA DE CASSIA				4.9	**5.3**				5.2	**5.5**	5.7	6.0	6.2

E.M.E.I.E.F. "Bairro do Engano"



E.M.E.I.E.F. "Santa Rita de Cássia" apresenta uma escola Vinculada, a E.M.E.I.E.F. "Bairro do Engano", que está localizada às margens da Rodovia Regis Bittencourt, Rua Hum, s/nº, Bairro do Engano.

De acordo com a Resolução SE 156 de 25/09/2002 (vinte e cinco de setembro de dois mil e dois) a Unidade Escolar E.E.P.G. "Bairro do Engano" foi transferida para o município passando a denominar-se E.M.E.I.E.F. "Bairro do Engano" também oferecendo as modalidades de Ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ciclo I (1º ao 5º ano).

A escola está inserida em um bairro onde a maioria das famílias vive em

sítios, sendo que os pais trabalham como caseiros.Atualmente, a Unidade Escolar atende também os alunos que residem no bairro do Mono. A comunidade é participativa, pois há bom índice de frequência às reuniões de pais e eventos realizados na escola. Os pais/responsáveis são questionadores e demonstram interesse pelas atividades realizadas na escola, bem como em relação a organização administrativa.

No mês de setembro do vigente ano, iniciaram-se os trâmites para iniciar a construção de uma nova escola. As crianças foram alojadas em outro local para que a escola fosse demolida e, assim, então iniciar a construção da nova escola.

Tabela 1- EMEIEF Bairro do Engano - 1º ao 5º Ano

Ano	1º	2º	3º	4º	5º	Total
2010	-	12	14	23	18	67
2011	10	04	11	17	19	61
2012	12	14	13	13	15	67
2013	13	13	13	15	13	67
2014	19	15	12	10	13	69

Fonte: Censo Escolar

EMEF Vista Grande

Escola Municipal localizada no Bairro Vista Grande, na Zona Rural. Atende Ensino de Educação Infantil e Fundamental até o 5º ano. Atualmente possui 114 alunos, sendo que 98% utilizam Transporte Escolar. Criada em 01 de Junho de 2002, quando passou a ser Municipal.



São vinculadas à EMEF Vista Grande as escolas EMEF Sítio Ribeirão Bonito e EMEF Sítios dos Moraes.

EMEF Sítio Ribeirão Bonito



Localizada no Bairro Serraria, foi criada em 01 de junho de 2002. Possui 79 alunos distribuídos em dois períodos, sendo Educação Infantil, 1º ,2º e 3º anos de manhã; 4º e 5º Anos à tarde. Essa Unidade Escolar conta com 03 salas de aula grandes e muito bem arejadas, 01 sala de professores, 01 pátio coberto e um bom espaço para brincadeiras ou aulas fora da sala. Está prevista para o ano de 2015,umareforma nesta escola onde serão construídas 02 salas, banheiros de acessibilidade, sala de secretaria, despensa para merenda.

EMEF Sítios dos Moraes



Localizada no Bairro Moraes atende em 2014, 94 alunos distribuídos em Educação Infantil e Ensino Fundamental, sendo 1º,2º e 3º anos de manhã; 4º e 5º Anos à tarde. Uma de suas atrações é seu espaço gramado que fica frente às salas, onde os alunos se divertem durante o intervalo. Possui 01 sala de vídeo com serviço de mídia de boa qualidade, cuja sala também é utilizada para momentos de Leitura.

Instituto Logus De Educação Presbiteriano

Escola particular na cidade de Miracatu. Atende alunos do Maternal ao Ensino Médio. Situada à Avenida da Saudade,953, Vila Ubirajara, neste Município. Tem como missão “Ensinando com amor, aprendendo com disciplina”.

Atualmente a escola privada atende 03 (três) alunos na faixa etária de 01 (um) ano, matriculados no Mini -maternal; 04 (quatro) alunos com 02 (dois) anos matriculados no Maternal.

Possui 05 (cinco) salas do 1º ao 5º ano- Fundamental I; 04(quatro) salas do 6º ao 9º ano- Fundamental II e; 02 (duas) salas do Ensino Médio- 1º e 2º anos. Apresenta um total de 91 alunos matriculados e frequentes; 15 professores em atuação; um diretor, um coordenador e um secretário.

3.1.3. Ensino Médio

- **Diagnóstico**

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, **c**om duração mínima de três anos, tem como finalidade, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais (2000), “a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos”, bem como “a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando”. Tendo em vista tais finalidades, essa etapa merece uma atenção especial nas políticas públicas do País, visto que as exigências impostas pelo mercado de trabalho são cada vez mais elevadas, o que demandam maior nível de escolaridade.

A abordagem didático-metodológica, nessa etapa, prioriza a junção da teoria e prática em cada disciplina, facilitando o desenvolvimento de habilidades cognitivas, sociais e interacionais, bem como de profissões e do mundo científico-tecnológico, desenvolvendo, assim, o pensamento crítico e a autonomia intelectual do aluno.

Nesta nova etapa do ensino, é obrigatória a inclusão de uma língua estrangeira moderna, como o inglês ou o espanhol, assim como o ensino de Filosofia e Sociologia em todas as séries do ensino médio que, desde 2008, também se tornou obrigatório. Tudo isso visa ao pleno desenvolvimento do educando, já que cada indivíduo possui interesses e necessidades diferentes. Sendo assim, essa etapa de escolaridade atende tanto a quem deseja se inserir de imediato no mercado de trabalho quanto a quem pretende prosseguir em seus estudos, já que,

como última etapa do curso básico, o ensino médio também prepara os candidatos para o vestibular. Embora se saiba da importância do ensino médio para a adequada inserção social, estatísticas desse segmento educacional têm demonstrado o quanto são preocupantes os problemas relacionados ao acesso e à permanência de jovens entre 15 e 17 anos nesse nível de ensino. Nesse respeito, o desafio de criar mecanismos que possam contribuir para a superação desse problema passa pela articulação e cooperação entre os entes federados, como prevê a Constituição Federal de 1988, em seu artigo artigo 211, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu artigo 8º, para juntos definirem estratégias que possibilitem amplo atendimento da população dessa faixa etária.

No Município, o Ensino Médio é ofertado pelas Redes Estadual e Privada. As metas e objetivos propostos neste Plano, buscam no âmbito Municipal, a articulação e a reflexão dos Administradores Públicos, dos Gestores, dos Profissionais da Educação e das Instituições formadoras, visando atingir uma melhor qualidade de ensino, um compromisso com a expansão da oferta e a ampliação das condições de acesso a essa etapa de ensino aos cidadãos.

Embora cerca de 80% dos jovens de 15 a 17 anos estejam matriculados na escola, apenas 52,25% estão no Ensino Médio, etapa apropriada da trajetória escolar para esta faixa etária. Segundos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2011), do IBGE, muitos abandonaram a Escola,15,1% não estudam e 25,5% ainda permanecem no Ensino Fundamental.

3.1.3.1. Rede Estadual

- Escola EstadualArmando Gonçalves
- Escola EstadualDomingues Bauer Leite
- Escola Estadualde Biguá
- Escola EstadualSylas Baltazar de Araújo
- Escola EstadualPedro Barros
- Escola estadual Bairro doEngano
- Escola Estadual Maria José Morais de Carvalho
- Escola Estadual Santa Rita de Cássia

3.1.3.2. Identificação e Caracterização Das Unidades Escolares



A **Escola Estadual Poeta Domingos Bauer Leite** foi criada a partir da Escola Estadual Agrupada Vila Ubirajara para atender a demanda populacional do bairro Jardim Yolanda com a construção de um conjunto residencial nos moldes do CDHU. O número de famílias originárias da zona rural cresceu neste bairro, buscando a sede do município para facilitar o acesso dos filhos ao Ciclo II do Ensino Fundamental e melhores condições na qualidade de vida, com mais oportunidades de emprego urbano. Hoje, o Jardim Yolanda possui lojas de comércio (mercados, bares), salões de cabeleireiro e manicure, oficinas, igrejas evangélicas, Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, um Centro Comunitário, uma unidade do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e uma fábrica de produtos industrializados a partir da banana. Outros alunos vêm da zona rural, dos Bairros Pacoval, Vila Matsuda, Jaraçatiá e Serra do Manecão, através do transporte escolar gratuito disponibilizado pelo poder público, e suas famílias desenvolvem atividades relacionadas à agricultura e pecuária. No período noturno recebemos alunos para os cursos de Educação de Jovens e Adultos de outros bairros também.

A maioria dos alunos da E.E. Poeta Domingos Bauer Leite é filho de famílias assalariadas de baixa renda, cujos pais trabalham em serviços braçais, são serventes, autônomos, pedreiros, diaristas e domésticas. Em algumas famílias, as mulheres exercem o papel de chefe do lar e dependem da ajuda fornecida em programas assistenciais governamentais. Alguns pais são funcionários públicos.

A escola atende alunos a partir dos 10 nos de idade, aptos a cursar o 6º ano de Ensino Fundamental e permanecem até a conclusão do Ensino Médio. Alguns alunos retornam hoje como professores, após terem cursado faculdade e são exemplo para os alunos atuais.

A Escola foi instalada num prédio próprio estadual, tijolos à vista, num terreno de 3702,29 m^2, cuja área construída é 1 735,62 m^2 com área livre de 1966,6 m^2. Possui uma sala para Diretoria; uma sala para Secretaria; uma sala para Professores; uma cozinha; uma sala para o Programa Escola da Família e material para manutenção; três salas para Despensa; um pátio coberto; oito salas de aula; um banheiro feminino com seis sanitários e duas pias; um banheiro masculino com dois sanitários,dois mictórios e duas pias; um banheiro feminino administrativo com três sanitários; um banheiro masculino administrativo com dois sanitários e dois mictórios; uma quadra coberta; uma sala de leitura; uma sala para Coordenação Pedagógica; uma cantina; uma sala de Educação Física; um galpão coberto; um Laboratório de Informática (18 micros).

Para o desenvolvimento do trabalho, contamos com um Diretor; um Vice-Diretor; um Professor Coordenador para o Ensino Fundamental; um Professor Coordenador para o Ensino Médio; cinco Agentes de Organização Escolar; três Agentes de Serviço Escolar; cinqüenta e seis Professores de Educação Básica II, entre efetivos, estáveis, ocupantes de função atividade e eventuais.

EE Poeta Domingos Bauer Leite

ANO	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total de alunos
2010	529	228	757
2011	529	228	757
2012	381	321	702
2013	420	210	630
2014	345	237	582
Idesp 2012	Meta 2013	Idesp 2013	
EM	EM	EM	
1,9	2,01	2,4	

EE Santa Rita de Cassia



A Escola Estadual “Santa Rita de Cássia”, está localizada no Distrito de Santa Rita do Ribeira, Município de Miracatu, no Estado de São Paulo, às margens da Rodovia BR 116, km 365, à Rua São Paulo, nº 217, ao lado direito no sentido São Paulo- Curitiba. Esta Unidade Escolar está jurisdicionada à Diretoria de Ensino – Região de Miracatu.

O antigo prédio escolar, atualmente ativado como Escola Municipal de Educação Infantil, está localizado às margens da Rodovia BR 116, KM 369, ao lado esquerdo no sentido São Paulo – Curitiba. Há na escola registros de matriculas a partir do ano de 1965, época em que a mesma era denominada “2ª Escola Mista de Emergência Santa Rita de Cássia”.

O novo prédio escolar foi inaugurado em 27 de agosto de 1996, com cinco salas de aula, funcionando o Ensino Fundamental Ciclo I e Ciclo II, em três períodos. O Ensino Fundamental ciclo II, foi implantado em 1979. A escola foi criada sob o decreto nº 14.925 de 09/04/1980, publicado no Diário Oficial do Estado de 10/04/1980. O prédio escolar foi ampliado em 2003, ocasião em que foram construídas mais três salas de aula e uma sala de múltiplo uso, que atualmente funciona como acessa escola.

Não é grande a participação dos pais nas atividades regulares da escola, restringindo-se a uma média participação, pois muitos pais residem em bairros distantes e o seu deslocamento são de dificuldades no transporte. Quando convocados para reuniões/ou eventos, os mesmos comparecem para o pronto atendimento na escola.

O Distrito de Santa Rita do Ribeira fica distante a 25 km do centro da cidade de Miracatu, situação que força o deslocamento das pessoas para o trabalho e também um distanciamento da vida social, cultural e política da cidade.

O Distrito é servido por linha de ônibus para os moradores em geral, das quais também os professores se utilizam. Para o transporte escolar, conta com serviços terceirizados com Kombi e da Prefeitura Municipal com Ônibus, atendendo nossos alunos que veem de bairros distantes.

ANO	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total de alunos
2010	225	101	326
2011	225	101	326
2012	209	107	316
2013	299	86	385
2014	182	93	275

Escola	Idesp 2012	Meta 2013	Idesp 2013
	EM	EM	EM
Escola Estadual Santa Rita de Cássia	2,02	2,13	2,41

E.E. Prof. Sylas Baltazar de Araújo



A escola E.E. Prof. Sylas Baltazar de Araujo localiza-se no bairro Oliveira Barros, município de Miracatu – SP. Sua clientela vem de famílias de nível econômico baixo. A maioria dos alunos desta Unidade Escolar mora próximo do estabelecimento de ensino. Alguns que moram mais distantes, utilizam o transporte escolar oferecido pela prefeitura municipal em parceria com a Secretaria Estadual de Educação. O bairro localiza-se numa região agrícola, onde há o predomínio da cultura de banana. Faltam opções de emprego e lazer para os jovens o que acaba contribuindo para que alguns se envolvam com as drogas e pequenos delitos.

A Unidade é compartilhada com a prefeitura que é a responsável pela administração do Ciclo I, e funciona no período diurno comportando o Ciclo I e o Ciclo II do Ensino Fundamental e o Ensino Médio (manhã e tarde). No período noturno a escola comporta o Ensino Médio e uma sala de alfabetização de EJA. A escola conta com o total de 400 alunos, 20 professores (estado) e 07 professores (município), 05 agentes de organização escolar, 01 gerente de organização escolar, 03 cozinheiras, 02 auxiliares de limpeza, 01 auxiliar de serviços gerais, 01 professor mediador, 01 Professor Coordenador, 01 Professor Coordenador de Apoio a Gestão Pedagógica (PCAGP), 01 Vice Diretor e 01 Diretor.

ANO	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total de alunos
2010	180	60	240
2011	180	60	240
2012	158	93	251
2013	196	69	265
2014	129	85	214

Escola	Idesp 2012	Meta 2013	Idesp 2013
	EM	EM	EM
Escola Estadual Professor Sylas Baltazar de Araújo	2,45	2,55	2,03

E.E. Pedro Barros



A E.E. Pedro Barros está inserida em bairro residencial Urbano denominado Pedro Barros próximo a Rodovia Regis Bittencourt, é mantida pelo poder Público Estadual, administrada pela Secretaria da Educação com base nos dispositivos constitucionais vigente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Estatuto da Criança e do Adolescente, respeitadas as Normas Regimentais Básicas estabelecidas por Regimento próprio elaborado pela E.E. Pedro Barros.

A demanda escolar atende alunos de vários bairros: Morro Grande, Engenho, Tacanje, Lambari, Praia do Almoço, Primavera, Balança, Musácea, Santa Rita e Pedro Barros. Cerca de 10% dos alunos residem no próprio bairro, os demais nos bairros localizados em zona rural. O transporte escolar é efetuado por veículos (vans, peruas e ônibus), através de repasse de recursos financeiros pelo FNDE o valor correspondente aos alunos matriculados na rede estadual diretamente aos respectivos municípios. O acesso aos bairros é bastante precário dificultando o transporte dos alunos através do ônibus e peruas. As famílias são, em parte, numerosas, de baixa renda e pouca ou quase nenhuma escolaridade e necessitam de atendimento diferenciado através de programa sociais do Governo Federal e Estadual como renda cidadã, bolsa família e outros.

Os alunos que concluem a educação básica não tem grande oferta de Ensino Superior público na Região e sim, através do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) terão oportunidade de ingressarem numa Universidade Federal ou Instituto Particular

Atualmente, a escola desenvolve projetos relacionados à comunidade no programa Escola da Família que auxilia a formação em nível Superior de alguns alunos. Quanto à participação e envolvimento dos pais na educação formal de seus filhos, podemos caracterizá-las como bom e crescente uma vez que está havendo uma preocupação da equipe escolar em conscientizá-los sobre a necessidade bem como o direito e o dever de participação nesse processo. A equipe gestora procura realizar ações que viabilizem a gestão democrática, fato que vem trazendo resultados positivos para o cotidiano escolar.

A merenda escolar oferecida aos alunos é fornecida pela Prefeitura através de recursos financeiros repassados diretamente ao Município pelo FNDE.

A interação entre os profissionais da escola e a comunidade é harmoniosa, fortalece o vinculo entre a escola, a família e a comunidade local que constitui um dos principais meios para que o ensino se desenvolva em sincronia com as vivências reais.

Em relação ao processo ensino e aprendizagem, é necessário ainda destacar que muitas competências e habilidades avaliadas a serem efetivamente desenvolvidas pelos alunos da escola ainda não são totalmente dominadas, e necessitam urgentemente definir e priorizar importantes mecanismos para que possa

acompanhar o desenvolvimento em relação a proposta pedagógica na formação de uma escola de qualidade.

ANO	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total de alunos
2010	219	113	232
2011	188	97	285
2012	183	71	254
2013	148	81	229
2014	145	96	241

Escola	Idesp 2012	Meta 2013	Idesp 2013
	EM	EM	EM
Escola Estadual de Pedro Barros	2,04	2,15	1,99

E.E. Profª Maria José Morais de Carvalho



A Escola Estadual Professora Maria José Morais de Carvalho está situada no Sitio Ribeirão Bonito, zona rural de Miracatu e tem como vizinho a cidade de Pedro de Toledo. Funciona no prédio da prefeitura municipal de Miracatu, em dois

períodos, diurno e o noturno e atende alunos do Ensino Fundamental e Médio na seguinte conformidade:

- **Duas turmas de 6º ano** – E.F. com 61 alunos
- **Duas turmas de 6º séries** – E.F. com 62 alunos
- **Duas turmas de 7ª séries** – E.F com 42 alunos
- **Duas turmas de 8ª séries** – E.F. com 49 alunos
- **Duas turmas de 1ª série** – E.M com 49 alunos
- **Duas turmas da 2ª série** – E.M com 26 alunos
- **Duas turmas de 3ª série** – E.M com 26 alunos
- **Uma turma de EJA** – E.F com 19 alunos

A área do terreno é 1088,00m2 de terreno dos quais 451,76 em área construída.

A escola ainda tem a parceria com a prefeitura municipal compartilhada o prédio com duas classes do ciclo I – 2º ano e 5º ano com 52 alunos.

Os alunos são oriundos em grande parte de famílias numerosas que vivem da cultura da banana, como meeiros, arrendatários e na maioria lavradores.

Apresentam grande carência afetiva e socioeconômica deixando a desejar quanto à estrutura familiar, influenciando significativamente na , e os filhos menores muitas vezes deixam a escola para ajudar o sustento da família, poucos pais são alfabetizados.

O prédio escolar é construído em alvenaria, possui 06 salas de aula, uma diretoria, uma secretaria, uma biblioteca, uma sala ambiente de informática, uma cozinha, uma sala de biblioteca que neste ano está sendo utilizada pelos professores, uma quadra de esportes coberta. Existem cinco banheiros, sendo dois para professores, dois para alunos e um acessível para deficientes.

A escola é razoavelmente equipada possuindo computadores para alunos, dois na secretaria, DVD, vídeo cassete, impressora, TV 29 e antena parabólica. A escola está equipada como o sistema INTRAGOV.

Os alunos se deslocam de diversos bairros para frequentarem aulas na nossa Unidade Escolar: Vista Grande, Serraria, Moraes, Mitra, Braço do Meio, Sitio Manoel Gonçalves e Brangel.

EE Professora Maria José Moraes de Carvalho

ANO	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total de alunos
2010	232	84	316
2011	273	92	365
2012	193	158	351
2013	213	96	309
2014	166	116	282

Escola	Idesp 2012	Meta 2013	Idesp 2013
	EM	EM	EM
Escola Estadual Professora Maria José Morais de Carvalho	1,4	1,51	1,52

E.E. de Biguá



Ensino Fundamental E Ensino Médio

Criação do Ensino Fundamental
Ato de criação decreto 52 582 DOE 26/12/1970
Res. Se22, de 23/01/1976. DOE 24/01/1976,
Ato governamental DOE 25/04/1953

Instalação e funcionamento do Ensino Médio
Ato de Criação Se 49, de 21/05/2003.

Instalação e funcionamento do Ensino para Jovens e Adultos – EJA
Ensino Fundamental
Ensino Médio

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE MIRACATU
ENDEREÇO
Rua do Carmo, S/N – Bairro Biguá – Miracatu-SP CEP: 1185000

A Escola Estadual de Biguá está instalada num prédio antigo, já passou por uma reforma significativa e já necessita de outras reformas complementares. Conta com oito salas de aula, sendo que três destas salas estão em uso para: uma biblioteca, uma sala de informática e uma sala reservada para uma sala de multimídia, temos uma sala de professores, uma secretaria, uma sala da Direção, uma sala para professor Coordenador, uma sala almoxarifado para educação física, um refeitório para aluno, uma cozinha padrão, um refeitório para professores, 2 banheiros com seis sanitários (masculino e feminino), um sanitário para especial, um sanitário para o administração e professores, depósito, amplo pátio coberto, area/jardim (interno) quadra poli-esportiva coberta, áreas livres, uma sala para o grêmio e cantina (Breve será feita licitação para uso).

A maioria das salas é ampla, assim como os corredores e escadarias. A conservação em geral é boa, graças ao trabalho de conscientização dos alunos e da comunidade, visando a preservação do prédio escolar, mas que mesmo assim, há a necessidade da limpeza, manutenção, as intervenções necessárias para a conservação do imóvel.

A clientela.

Neste ano de 2014 estamos atendendo: 33 alunos do 6º Ano A, 32 do 7º Ano, 22 do 8º Ano A, 21 do 8º Ano B, 18 da 9ª Série A, 12 da 9ª Série B , 15 da 9ª Série C, do Ensino Fundamental – Ciclo II e 30 da 1ª Série A, 17 da 1ª Série B, 27 da 2ª Série A, 19 da 2ª Série B, e 20 da 3ª Série A, do Ensino Médio, totalizando 266 alunos nos 3 períodos, manhã, tarde e noite.

Quadro Sintese:

Período	Período da Manhã (MÉDIO)				Período da Manhã (fundamental)		
Salas	Sala	Sala	Sala	Total	Sala	Sala	Total
Séries / ano	1ªA	2ªA	3ªA	3	9ªA	9º RI	2
QT de aulas	30	27	20	77	18	15	33

Período	Período da Tarde (Fundamental)					
Salas	Sala	Sala	Sala	Sala	Sala	Total
Séries / ano	6ºA	7ºA	8ºA	8ºB	9ºB	5
QT de aulas	33	32	22	21	12	120

Período	Período do Noturno (MÉDIO)		
Salas	Sala	Sala	Total
Séries / ano	1ªB	2ºB	2
QT de aulas	17	19	36

TOTAL DE ALUNOS		TOTAL DE SALA	
Período	EF	EM	EF	EM
Manhã	33	77	2	3
Tarde	120	0	5	0
Noite	0	36	0	2
Total	153	113	7	5
TOTAL	266	12		

Faz parte também a comunidade. É fundamental que a Escola conheça o contexto social de sua vizinhança e da clientela a que serve. Apesar de óbvia, nem

sempre essa percepção é alcançada pelas unidades escolares, muitas vezes absorvidas na atividade educativa como expressão de um processo burocrático e indefinido. Conhecer a comunidade em que está inserida (e, portanto, sua clientela) suas necessidades, potencialidades e expectativas, adequando a elas seu trabalho de atendimento educacional, é a única forma possível para a Escola atender às suas finalidades - formar cidadãos, conscientes e capazes, fornecendo, ainda, os conteúdos e habilidades necessários à sua melhor inserção no ambiente social.

A clientela da Escola Estadual de Biguá" não difere das outras escolas públicas da região.

A Comunidade

A Escola Estadual de Biguá está localizada às margens da Rodovia Regis Bittencourt no Municipio de Miracatu-SP, atendendo alunos do próprio bairro ebairros vizinhos como Vila São José, Panelas, Peniches, Divisor, Vila São Pedro, Tijuco Preto, Vila Batista, Água Vermelha, Pedra Branca e Jardim Alvorada. Os alunos são transportados por peruas e ônibus contratados pela Prefeitura Municipal.

A Escola mantém um bom relacionamento com a comunidade.

EE Biguá

ANO	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Total de alunos
2010	290	80	370
2011	243	89	332
2012	112	65	177
2013	178	89	267
2014	149	101	250

Escola	Idesp 2012	Meta 2013	Idesp 2013
	EM	EM	EM
Escola Estadual de Biguá	2,46	2,56	1,76

E.E. “PROF. ARMANDO GONÇALVES”



A E.E. “Prof. Armando Gonçalves”, situada à Avenida Dona Evarista de Castro Ferreira, nº 08, Centro, em Miracatu, área jurisdicionada à Diretoria de Ensino da Região de Miracatu/SP, ministra o Ensino Fundamental Ciclo II e Ensino Médio.

A Escola foi criada pela Lei Estadual nº 607 de 02/01/50, publicada no D.O.E. de 03/01/50 e instalada em 04/02/1.958, com o nome de Ginásio Estadual de Miracatu, funcionando junto ao Grupo Escolar Diogo Ribeiro, situado a Rua: Benjamim da Silva Leite, nº 30 – Centro - Miracatu/SP, ainda em 1.958 foi transferido para o prédio próprio do recém inaugurado Grupo Escolar Diogo Ribeiro à Rua: Tenente José Públio Ribeiro, nº 73 – centro – Miracatu e em 1.960 (Mil, novecentos e sessenta)o Ginásio Estadual de Miracatu, transferiu-se para o seu prédio próprio sito à Avenida Dona Evarista de Castro Ferreira, nº 08 – Centro – Miracatu/SP, em abril de 1.965 foi transformado em Escola Normal e Ginásio Estadual de Miracatu, funcionando também em anexo(ciclo I) para dar suporte pedagógico ao Magistério. Em 1.974 a Lei Estadual nº 491 de 05/11/1. 974 atribuíram o patronímico passando a denominar-se Escola Estadual de Primeiro e Segundo Graus Professor Armando Gonçalves. Em 1.998 houve a reorganização

passando a denominar-se EE. “Professor Armando Gonçalves”, com os de Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA presencial.

Os alunos da EE. “Prof. Armando Gonçalves”, são oriundos de famílias humildes formados em sua maioria por assalariados. De um modo geral os pais dos nossos alunos são servidores públicos municipais, estaduais, trabalhadores braçais, pedreiros, lavradores. A escola atende clientela da sede do município e bairros.

A escola atende alunos na faixa etária dos 10 aos 20 anos. Os alunos de Ciclo I são atendidos pela Rede Municipal de Ensino de Miracatu e transferidos para essa U.E apara o Ciclo II e ensino Médio.

O rendimento escolar dos alunos pode ser considerado satisfatório e a disciplina está dentro dos padrões de normalidade com algumas ocorrências decorrentes de sua origem e formação obtida em famílias desestruturadas socialmente.

A frequência é muito boa no diurno e no noturno. A Unidade Escolar é muito procurada por estar bem localizada, o que ocorre são muitas transferências no ano escolar, pois os pais ou responsáveis conseguem emprego em outro estado.

Aos alunos a U. E. oferece durante o ano letivo recuperação contínua, professor auxiliar nas séries onde encontra-se maiores problemas de aprendizagem.

EE Armando Gonçalves

ANO	**Ensino Fundamental**	**Ensino Médio**	**Total de alunos**
2010	489	323	812
2011	445	561	1006
2012	457	218	675
2013	442	240	682
2014	417	209	863

E.E. Bairro Engano



A Escola estadual do Bairro do Engano está localizada na rua Um s/n, ao lado da Rodovia Regis Bittencourt, Km 340 – Bairro do Engano, Município de Miracatu/SP. Está localizada a 55 Km do Centro de Miracatu.

Fundadores: Joaquim Fernandes e Família.

A lei n° 230 de 18/06/1965 – que dispõe sobre denominação de localidade – artigo 1° denomina o bairro como: Nossa Senhora da Aparecida, mas, alguns moradores não aceitaram esse nome e passou a ser chamar Bairro do Papudo, depois, dois bêbados se desentenderam e trocaram a placa da divisa do município. E assim ficou Bairro do Engano.

A primeira escola foi inaugurada em 1964. Em 1975 foi construído prédio em alvenaria. Uma reforma do prédio ocorreu em 1993. Em 2002, esta escola de ciclo 1, do Ensino Fundamental passou para o município (municipalização). Ficando assim EMEIF Bairro do Engano.

Em 2003 foi reativado o código CIE da Escola Estadual do Bairro do Engano para ciclo II do Ensino Fundamental. Em 2006, criado Ensino Médio. Atualmente,

“ESCOLA ESTADUAL BAIRRO DO ENGANO DE ENSINO FUNDAMENTAL II e ENSINO MÉDIO”.

Clientela Escolar

A clientela escolar Estadual do Bairro do Engano, é na maioria filhos de família numerosas, de baixa rendar familiar e procedem de bairros vizinhos (Mono, San Remo e Ribeirão de Júlio) e com grandes carência. Os pais são geralmente caseiros e constantemente mudam de residências. Povo simples e nível cultural pobre. A comunidade deposita grande confiança na Escola, devido às características próprias da escola.

A escola mantem um bom relacionamento com a comunidade; é grande a participação da mesma nas atividades regulares das escolas.

ANO	**Ensino Fundamental**	**Ensino Médio**	**Total de alunos**
2010	105	48	153
2011	77	49	126
2012	90	49	139
2013	82	52	134
2014	85	48	133

Escola	**Idesp 2012**	**Meta 2013**	**Idesp 2013**
	EM	EM	EM
Escola Estadual Bairro do Engano	2,26	2,36	2,13

Taxa de matrícula líquida no Ensino Médio

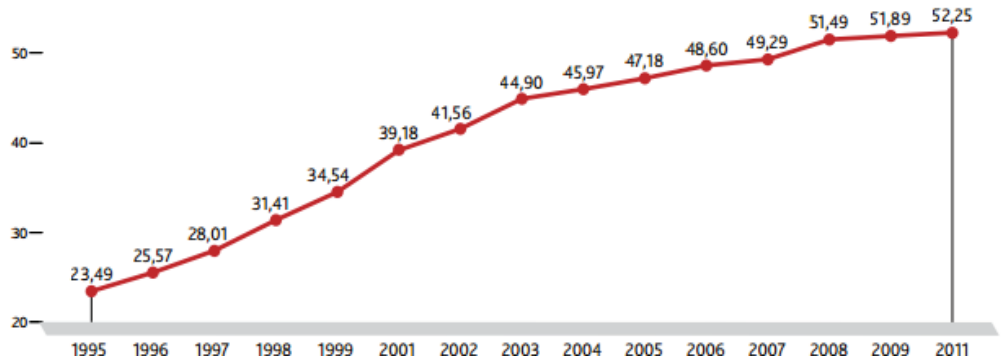


Tabela1- Matrículas no Ensino Médio por Região- 2011 Segundo a região geográfica

Norte	754.617
Nordeste	2.401.382
Sudeste	3.479.392
Sul	1.137.262
Centro -Oeste	628.036

Fonte: MEC/Inep/DEED

Tabela 2- Jovens de 19 anos que concluíram o Ensino Médio Brasil e Regiões- 2008-2011

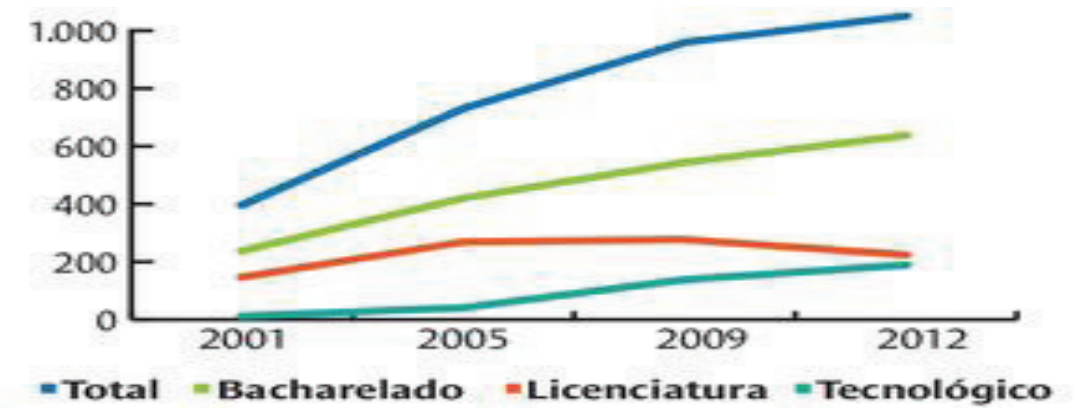
	2008	**2009**	**2011**
Brasil	**47,1%**	**50,2%**	**51,1%**
Norte	36,3%	36,6%	35,1%
Nordeste	30,8%	37,1%	41,1%
Sudeste	58,8%	59,7%	59,1%
Sul	54,8%	60,5%	55,8%
Centro-Oeste	48,0%	49,5%	58,4%

Fonte: IBGE/Pnad- Elaboração: Todos pela Educação

3.2. Ensino Superior

O setor de Ensino Superior no Brasil passou por grandes mudanças desde o início dos anos 90 até os primeiros anos do século XXI, mais especificamente com a Lei de Diretrizes e Bases de 1996.

A Educação Superior é importante para o desenvolvimento das pessoas, não só porque as prepara para uma carreira, mas também porque lhes proporciona uma ampla experiência de vida e estimula os indivíduos a serem participantes ativos em suas comunidades e economias. Há hoje, no Brasil, uma consciência generalizada de que o desenvolvimento do sistema de ensino superior constitui um fator fundamental para o desenvolvimento econômico, político e social do País. O Ensino Superior engloba faculdades, universidades, institutos superiores, centros universitários e de educação tecnológica.O País registrou 7.305.977 estudantes matriculados em cursos de Graduação no Ensino Superior no ano de 2013. Os alunos matriculados em cursos de graduação estão distribuídos em 32.049 cursos , oferecidos por 2.391 instituições. A maior parte formada por universidades e faculdades particulares, 2090, e o restante são instituições públicas (301). As universidades são responsáveis por mais da metade das matrículas (53%). As faculdades concentram 29,1%; centros universitários, 15,8%; instituições federais de educação tecnológica, 1,6%. Aos alunos que concluíram o Ensino Médio ou equivalente podem optar por três tipos de graduação: **Bacharelado, Licenciatura e Tecnológico.** O número de brasileiros que cursa o Ensino Superior vem crescendo, mas a quantidade de pessoas que ingressa em áreas ligadas à docência não aumenta na mesma proporção. O número de concluintes da licenciatura não cresce na mesma proporção que os das demais áreas.



A LDB Lei 9394/94 no artigo que trata do tema define:

“Art. 43- A educação superior tem por finalidade:

I- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II- Agregar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento,para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homen e do meio em que vive;

IV- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científico e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, publicações ou outras formas de comunicação;

V- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vãosendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade.(LDB)

Tabela 1- Números Do Censo Da Educação Superior No Brasil Em 2013

	TOTAL GERAL	INSTITUIÇÃO PÚBLICA				INSTITUIÇÃO PRIVADA
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
Matrículas	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
Ingressantes	2.742.950	531.846	325.267	142.842	63.737	2.211.104
Concluintes	991.010	229.278	115.336	82.892	31.050	761.732
Instituições	2.391	301	106	119	76	2.090
Cursos	32.049	10.850	5.968	3.656	1.226	21.199

Fonte: Censo da Educação Superior/Inep/Mec

Tabela 2- Evolução Do Número De Ingressantes E Concluinte Em Cursos De Graduação.

ANO	INGRESSANTES	CONCLUINTES
2010	2.182.229	973.839
2011	2.346.695	1.016.713
2012	2.747.089	1.050413
2013	2.742.950	991.010

Fonte: Censo da Educação Superior/Inep/Mec

Os dados mostram uma leve diminuição no número de alunos que entram no ensino superior. Houve uma redução do número de alunos que se formaram,

diminuiu de 1.050.413 em 2012 para 991.010 em 2013, uma queda de 5,9%. Isso significa que cada vez menos gente se forma em relação ao número de estudantes que entra.Os portadores de diploma podem continuar estudando através dos cursos de Pós-Graduação, que são divididos em dois tipos: Pós-graduação lato sensu, de especialização na área do conhecimento e Pós-graduação stricto sensu, que são os mestrados e doutorados.

O país tem 6.152.405 estudantes matriculados em cursos presenciais.A grande maioria está no sudeste: 2,9 milhões (47,2%). O Nordeste tem 1,28 milhão (21%), seguido pela região Sul, com 962 mil (15,6%); Centro-Oeste, com 575 mil (9,3%); e Norte com 423 mil (6,8%).

Devido a necessidade do preparo profissional e cultural de milhões de pessoas que, por vários motivos não podiam frequentar um estabelecimento de ensino presencial, surge a Educação à Distância,modalidade de educação mediada por tecnologias em que discentes e docentes estão separados espacial e/ou temporalmente, ou seja, não estão fisicamente presentes em um ambiente presencial de ensino-aprendizagem.

O crescimento no número de matrículas em cursos pagos e a distância representa sozinho, 29,3% do aumento total de matrículas no ensino superior na última década.

Matrículas e Números de Curso

Cursos presenciais

EaD (ensino a distância)

Matrículas por modalidade de ensino

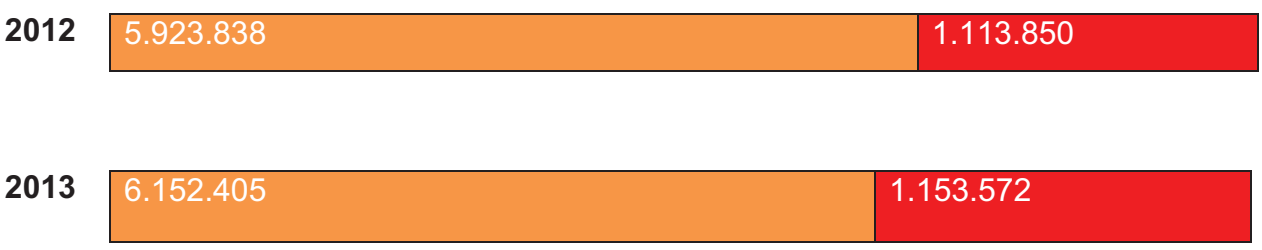


Tabela 3: Evolução Das Matrículas (2010-2013)

ANO	TOTAL	PRESENCIAL	A DISTÂNCIA
2010	6.379.299	5.449.120	930.179
2011	6.739.689	5.746.762	992.927
2012	7.037.688	5.923.838	1.113.850
2013	**7.305.977**	**6.152.405**	**1.153.572**

Fonte: Censo da Educação Superior/Inep/MEC

- **Diagnóstico**

O Município de Miracatu reconhece a importância social e econômica do Ensino Superior e nesse sentido, através da Secretaria Municipal de Educação, vem incentivando e investindo no setor através de convênios e parcerias.

Neste ano, os universitários são beneficiados pelo Programa Auxílio Transporte Universitário, através da Lei Municipal nº 1.726/2014.Para fazer parte deste Programa o aluno faz o seu cadastramento na Secretaria Municipal da Educação onde comprova que é aluno universitário e, a partir daí passa a receber em sua conta bancária o valor estipulado por lei, para o pagamento do transporte utilizado.

Os munícipes residentes e domiciliados em Miracatu, frequentam Universidades localizadas nas cidades de Santos, Peruíbe e Registro, tendo esta última a maior procura de matrículas pelos estudantes miracatuenses.

Há alunos matriculados nas diferentes áreas do conhecimento, preparando-se para que daqui a alguns anos estejam aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade.

Foi aprovada na Câmara de Vereadores a Lei Municipal que dá direito aos alunos regularmente matriculados e que venham frequentando, efetivamente , cursos de educação superior e de educação profissional, o estágio remunerado. Para fazer parte deste benefício será realizado um processo seletivo para seleção de Universitários Estagiários.

Muitos Universitários são Educadores do Programa Escola da Família, acordo de Cooperação entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação(FDE) e o Município de Miracatu. Esses alunos egressos do Ensino Médio e matriculados em Cursos de Nível Superior se inscreveram no programa, através

do site oficial e em seguida levaram a documentação exigida na Diretoria de Ensino do Município. Aprovado o seu cadastro, foram lhes concedidas bolsas de estudo; como contrapartida esses alunos devemrealizar ações socioeducativasdurante os finais de semana nas Escolas do Município. A tabela abaixo mostra o número de Universitários beneficiários dos Programas do Governo.

BOLSISTA 2014	
PROGRAMA	**Nº de BENEFICIÁRIOS**
Prouni	17
Fies	31
Escola da Família	61
Total	109

4. Modalidades de Ensino

4.1. Educação de Jovens e Adultos

Os déficits do atendimento no Ensino Fundamental resultaram, ao longo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino obrigatório. A existência de15 milhões de brasileiros, maiores de 15 anos, analfabetos, nos instiga a implementar ações que oportunizarão a alfabetização desses cidadãos.

A Constituição Federal, prevê no Art. 214¨... erradicação do analfabetismo...¨. Esta tarefa exige ampla mobilização de recursos humanos e financeiros, por parte dos governos e da sociedade. Bem como, a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, na seção V que trata da Educação de Jovens e Adultos determina:

Art. 37 - A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais

apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições devida e trabalho, mediante cursos e exames;

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38 - Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I. No nível de conclusão do Ensino Fundamental, para os maiores de quinze anos;

II. No nível de conclusão do Ensino Médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

- **Diagnóstico**

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) entre 1986 e 1997 a taxa de analfabetos de 15 anos e mais de idade, passou de 20% para 14,7%. Universidades, igrejas, sindicatos, entidades estudantis, empresas, associações de bairros, meios de comunicação de massa e organizações não governamentais devem ser agentes de mobilização para que o analfabetismo seja erradicado.

Conforme publicado pela Agência Brasil, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) revelou que no Brasil existem 12,9 milhões de analfabetos com mais de 15 anos ou mais, que correspondem a 72% da população mundial de analfabetos.

O Brasil real, diferente do que dizem nossos políticos, aparece no documento como oitavo país com a maior taxa de analfabetismo do mundo. Isto significa que cerca de 10% de nossa população é analfabeta.

O compromisso Educação para Todos, assinado e assumido pelo Brasil em 2000 no Acordo de Dacar (SENEGAL), não vem sendo cumprido por nosso País. As metas estabelecidas para serem alcançadas até 2015 como, reduzir o alto índice de analfabetismo e melhorar a qualidade da educação, estão longe de serem cumpridas por nossos eleitos.

O número de analfabetos distribui-se diferentemente pelo Brasil. As Regiões com menor desenvolvimento e de economia pouco diversificada são as que apresentam os piores indicadores. Assim, o Estado de São Paulo apresenta dados mais favoráveis em relação ao restante do país, todavia, dado o grande contingente populacional, temos ainda, em números absolutos, um grande déficit a sanar.

No Estado de São Paulo, os dados do Censo Escolar mostram uma queda quase constante das matrículas da educação de jovens e adultos entre 2004 e 2011. Em parte, a explicação diz respeito a redução da demanda, porém não se sustenta, uma vez que segundo dados do PNAD 2009, os 218 mil atendidos na EJA- Ensino Fundamental correspondem apenas a cerca de 3% da demanda potencial para este ano. No tocante ao Ensino Médio, há um diferencial, pois de acordo com esse estudo no ano de 2002, tínhamos 4,4 milhões de jovens e adultos que poderiam frequentar escola de EJA, sendo que, em 2009 já eram 4,6 milhões, mostrando assim crescimento da demanda, enquanto as matrículas representavam apenas 8% da demanda potencial.

No Município de Miracatu , segundo dados do Censo IBGE no ano de 1991 havia 2162 (dois mil, cento e sessenta e dois) analfabetos, decrescendo no ano de 2000 para 1719 (mil setecentos e dezenove). Já o Censo 2010 aponta uma taxa de 9,72% da população que corresponde a 1.427(mil quatrocentos e vinte e sete) analfabetos. Sendo assim, é evidente que o Município apresenta um alto índice de analfabetismo até os dias atuais, se considerarmos os seus 20.790 (vinte mil,setecentos e noventa) habitantes, pois o atendimento a Educação de Jovens e Adultos, iniciou no ano de 2001, em pequena quantidade e ainda há muito a ser realizado para atendermos na totalidade, essa modalidade de Ensino.



Tabela 1- Matrículas EJA – Ciclo I- Ensino Fundamental

Ano	Total de Aluno
2010	118
2011	83
2012	79
2013	70
2014	39

A tabela acima mostra uma queda acentuada no número de matrículas nos últimos cinco anos, embora o índice de analfabetismo no Município não apresentou diminuição significativa. Adesistênciapor parte de muitos alunos ocasionou o fechamento de três Pólos de Atendimento.

De acordo com o Regimento Comum das Escolas Municipais de Miracatu,Art.16, alínea I, o Ensino Fundamental destinado aos Jovens e Adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, é ministrado da seguinte forma: para maiores de 14 (catorze) anos,o Curso equivale aos 5 (cinco) primeiros anos do Ensino Fundamental, sendo composto pelo Termo I- correspondente aos três primeiros anos iniciais e o Termo II aos dois anos finais do Ciclo I.No corrente ano,o atendimento à Educação de Jovens e Adultos- Cico I/Ensino Fundamental, no Município de Miracatu é realizado em quatro Pólos:

Unidade Escolar	Termo I	Termo II	Total
EMEF Diogo Ribeiro	7	11	18
EMEF WalfredoLauro Luppi	5	4	09
EMEF Sylas Baltazar de Araújo	-	6	06
EMEIEF Jardim Alvorada	1	7	08
			41

4.2. Ensino Profissionalizante e Tecnológico

- **Histórico**

A história da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começou em 1909, quando o então presidente da República, Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices que, mais tarde, deram origem aos centros federais de educação profissional e tecnológica (Cefets).Tida no seu início como instrumento de política voltado para as 'classes desprovidas', a rede federal se configura hoje como importante estrutura para que todas as pessoas tenham efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Foi na década de 1980 que um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços. Para atender a essa demanda, as instituições de educação profissional vêm buscando diversificar programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta.

Cobrindo todo o território nacional, a rede federal presta um serviço à nação ao dar continuidade à sua missão de qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

O censo revela ainda o crescimento de matrículas no ensino tecnológico. Com mais de 1 milhão de matrículas, os cursos tecnológicos representam 13,6% do número total de estudantes. Na rede federal de cursos tecnológicos, houve uma expansão nas matrículas de 467,4% no período de 2001 a 2013, crescimento médio anual de 13,7%.

Estabelecimentos por Dependência Administrativa

Total Brasil: 4.693



384 **1.551** **121** **236**

Fonte: MEC/Inep/DEED

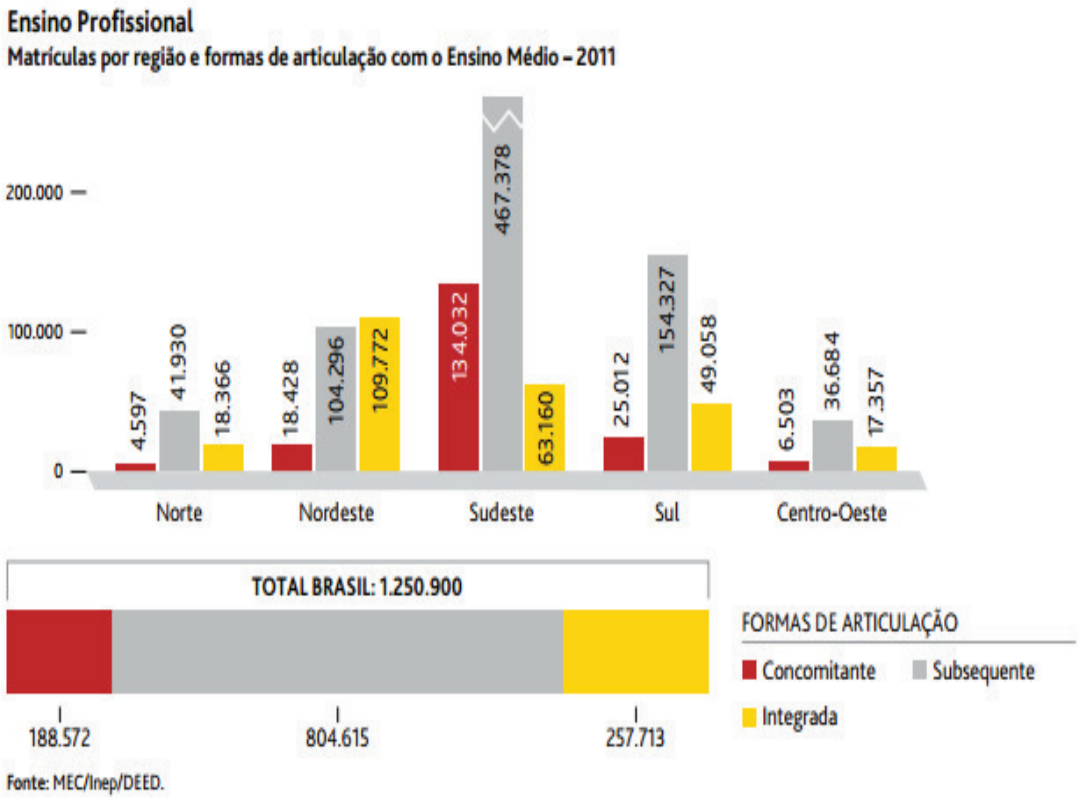
Dependência Administrativa

Federal

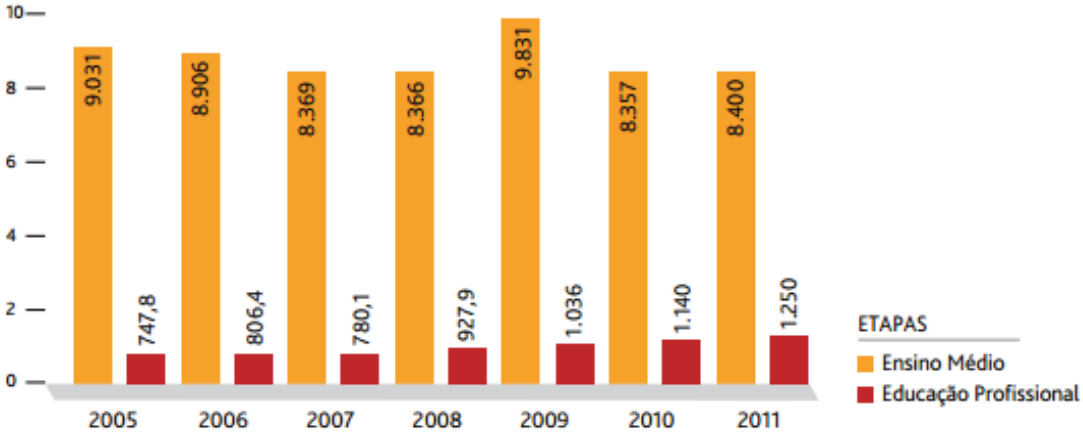
Estadual

Municipal

Privada



Evolução das matrículas de Ensino Médio regular e da Educação Profissional – Em mil



Fonte: MEC/Inep/DEED.

A necessidade de escolarização é cada vez maior no mundo globalizado em que nos encontramos. Hoje, fala-se de competências e habilidades, ou seja, da capacidade que um indivíduo possui de mobilizar seus conhecimentos para atingiro bjetivos previamente determinados.

Alguns buscam mobilizar conhecimentos oriundos do ensino de nível superior, haja vista procurarem uma formação acadêmica de prazo mais longo devido ao tipo de formação que idealizam para si; outros, no entanto, preferem que os conhecimentos a serem mobilizados sejam mais determinados, o que os leva a buscar conhecimentos provenientes do ensino técnico, já que procuram um tipo de escolarização mais específico e com possibilidade de inserção a curto prazo no mercado de trabalho.

Ter a opção de ensino superior ou ensino técnico é algo que precisa estar disponível a qualquer cidadão que precise ou deseje continuar seus estudos. No que concerne ao Ensino Técnico, inúmeras são as possibilidades oferecidas atualmente. Quanto maior a localidade, maiores serão as oportunidades. Isso, no entanto, não impede que cursos técnicos sejam oferecidos em localidades com um menor número de habitantes, haja vista que a formação profissional na atualidade exige cada vez mais profissionais habilitados. Mesmo áreas que anteriormente exigiam formação profissional limitada, hoje, devido ao avanço científico e tecnológico, prescindem de profissionais possuidores de competências profissionais que ultrapassam o mero

saber padronizado. Dessa forma, os cursos técnicos hoje são uma forma bastante eficaz de propiciar ao estudante de nível médio ou mesmo ao trabalhador que deseje se aperfeiçoar uma formação profissional condizente com as necessidades socioeconômicas atuais.

Nesse respeito, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico estabelecem que uma das funções das instituições que oferecem o ensino técnico é "atender às demandas da sociedade, dos empregadores e dos trabalhadores, em sintonia com as exigências de desenvolvimento sustentável local, regional e nacional". As instituições de ensino técnico precisam estar aptamente organizadas para atender às necessidades sociais e o poder público, por sua vez, não pode isentar-se de sua responsabilidade frente à implementação de políticas que contribuam para a expansão dessa modalidade educacional.

Essa modalidade, portanto, precisa estar disponível àqueles que dela querem fazer uso, pois o Art. 39 da LDB, em seu parágrafo único, estabelece que o "aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior,bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional". E essa 'possibilidade' poderá ser ofertada pelo sistema municipal ou, ao menos, tê-lo como seu fomentador, já que o parágrafo único do Artigo 11 da LDB estabelece que os Municípios terão como incumbência "organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.

Nesse sentido, a Prefeitura Municipal de Miracatu tem entendido sua posição como propulsora de melhorias para o Município e seus cidadãos, ofertando cursos em pareceria com entidades como o Centro Paula Souza, como o de Contabilidade, por exemplo, sempre no intuito de atender às demandas sociais, tanto no que diz respeito aos empregados quanto aos trabalhadores.

ETEC- Cursos Oferecidos		
Ano	**Cursos**	**Vagas**
2010	Técnico em Administração	40
2012	Técnico em Administração	40
2014	Contabilidade	40

Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva

- **Diagnóstico**

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde, estima- se que, em torno de 10% da população têm necessidades especiais. O desenvolvimento histórico da Educação especial no Brasil inicia-se no século XIX, quando os serviços dedicados a esse segmento de nossa população, inspirados por experiências norte-americanas e européias, foram trazidos por alguns brasileiros que se dispunham a organizar e a implementarações isoladas e particulares para atender a pessoas com deficiências físicas, mentais e sensoriais.

Essas iniciativas não estavam integradas às políticas públicas de educação e foi preciso o passar de um século, aproximadamente, para que a educação especial passasse a ser uma das componentes de nosso sistema educacional. De fato, no início dos anos 60 é que essa modalidade de ensino foi instituída oficialmente, com a denominação de "educação dos excepcionais".

A Educação Especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das "Campanhas", que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial, quando foi apresentada a primeira proposta de estruturação da Educação Especial Brasileira.

Foram muitos os políticos, educadores, pais, personalidades brasileiras que se identificaram com a educação de pessoas com deficiência e que protagonizaram a história dessa modalidade de ensino. Devemos destacar grupo de pais de crianças com deficiência mental, que são os mais numerosos e que fundaram mais de 1000 APAEs em todo o Brasil.

Evidenciamos que só muito recentemente, a partir da última década de 80 e início dos anos 90 as pessoas com deficiência, elas mesmas, tem se organizado, participando de Comissões, de Coordenações, Fóruns e Movimentos, visando assegurar, de alguma forma os direitos que conquistaram de serem reconhecidos e respeitados em suas necessidades básicas de convívio com as demais pessoas. Esses movimentos estão se infiltrando em todos os ambientes relacionados ao

trabalho, transporte, arquitetura, urbanismo, segurança, previdência social, acessibilidade em geral. Mas, infelizmente, apesar de estarem presentes e terem mostrado suas atuações em vários aspectos da vida social, os referidos movimentos não são ainda fortes no que diz respeito às prerrogativas educacionais, aos processos escolares, notadamente os inclusivos.

Na Rede Municipal de Ensino, atualmente há vinte alunos matriculados nas classes comuns que apresentam necessidades educacionais especiais, sendo que destes, 08 tem deficiência física, 10 deficiência intelectual, 01 deficiência auditiva e 01 Síndrome de Down.

Contamos, no momento com um Professor Auxiliar que atua na EMEF Sylas Baltazar de Araújo, em atendimento à aluna que apresenta Síndrome de Down.

No Município de Miracatu há uma Escola de Educação Especial, EE “São Francisco de Assis”que foi criada em 13/06/1998, sendo autorizado o funcionamento do Curso de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial para o trabalho. Para manter a EE “São Francisco de Assis”, a APAE busca parcerias com a Prefeitura Municipal, Secretaria Estadual de Educação, MEC-FNDE, doações de colaboradores, campanhas de Cartões de Natal, Apaenoel, e promoções organizadas pela instituição.



4.3. Educação Indígena

No Brasil existem hoje cerca de 820 mil indígenas, em 688 aldeias no universo da Secretaria da Educação, para atender 1371 alunos presentes nas 34 escolas indígenas da rede estadual, há cerca de 230 professores indígenas trabalhando em salas de aula.

O cenário da Educação Escolar Indígena no Estado tem demonstrado crescimento ao longo dos anos. De 2012 para 2013, o número de professores indígenas atuando no Estado cresceu 34% e as salas de aula ganharam mais de 270 estudantes.

Para atender alunos, professores e comunidade escolar, a Secretaria da Educação mantém, desde 1997, o Núcleo de Educação Indígena. O intuito é recuperar as memórias históricas indígenas, reafirmar suas identidades étnicas e valorizar línguas e ciências.

Atualmente, os descendentes de povos indígenas atendidos são das etnias guarani, tupi-guarani, terena, kaingang e krenak.

Nas classes indígenas, os estudantes têm acesso a todas as áreas de conhecimento do currículo escolar. As matérias, porém, são abordadas a partir da cultura de cada tribo e para isso são ministradas por professores das próprias aldeias. Assim, além dos temas do currículo convencional, os alunos também estudam questões relacionadas à sua cultura.

No Município de Miracatu temos três (3) Escolas Estaduais Indígenas . Existe na Diretoria Estadual de Educação uma Equipe da Educação Escolar Indígena responsável pelo atendimento da modalidade em questão. A alimentação é fornecida pelo Município através do Convênio firmado entre o Estado e o Município.

EEI Aldeia Djaiko–Aty

Essa escola está localizada no Bairro Lambari e atende vinte e seis(26) alunos distribuídos entre a Educação Infantil, Ciclo I (1º, 2º e 3º anos); Ciclo II (4º,5º e 6º anos) e Educação de Jovens e Adultos (Noturno); Ciclo III (7º,8º e 9º anos). Regidos pela Resolução 21 de 2008.

A Escola é nova, composta das seguintes salas: Diretoria, Informática , Leitura, 02 Salas de Aulas, Cozinha e um pátio para merenda.

São Tupi-Guarani. Desenvolve trabalhos com ervas medicinais aprendidos através de Cursos oferecidos pela Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral (CAT); Horta Educativa, um trabalho em parceria com o Fundo Social do Município.Também desenvolvem, o artesanato, os quais ficam expostos em oca para serem apreciados pelos visitantes.

EEI Ko' e Ju

Localizada no Bairro de Santa Rita, atende alunos do Ciclo I (1º, 3º e 4º anos); Ciclo II (5º ano) e Ciclo III (7º, 8º e 9º anos). São Guarani-MBYA. Possui 20 (vinte) alunos e 02 (dois) Professores.

A Escola é composta por 01 (uma) sala de aula ,01 (uma) cozinha e 01(um) banheiro.

EEI Aldeia Uruity

Localizada no Bairro de Musácea, com um total de 16 (dezesseis) alunos e 03 (três) Professores ,atende alunos matriculados no Ciclo I (1º, 2º e 3º anos); Ciclo II (4º e 5º anos) e Ciclo III (7º, 8º e 9º anos). A Escola possui 1 (uma) sala,1 (um) banheiro e uma cozinha que é compartilhada com uma casa vizinha**.** Já existe na Aldeia uma Nova Escola construída a qual está aguardando instalação elétrica.

5. Temas Transversais

Educação em Direito Humanos, Educação para o trabalho, Gênero e Diversidade Sexual, Diversidade Étnico Racial, Educação Ambiental.

Os temas transversais são constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e compreendem seis áreas: Ética, OrientaçãoSexual, Meio Ambiente, Saúde, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo, em que expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea.

- **Diagnóstico**

O Município de Miracatu inclui em seu currículo escolar a educação para a cidadania, como está preconizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, pois está voltada para a compreensão da realidade social, dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental, tendo como ponto de partida a compreensão do cidadão como portador de direitos e deveres.

As Instituições Escolares devem enfocar um molde de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Por meio do trabalho com os Temas transversais podemos alcançar esse objetivo.

As escolas municipais participam do Projeto Escola Arteris, voltado para a educação no transito que tem como lema “Educar para Humanizar o Transito” uma parceria da Arteris com a Secretaria da Educação, que tem como objetivoa valorização da vida, a formação de cidadãos condutores conscientes no transito.

6. Transporte

➢ Diagnóstico

O Transporte Público Coletivo é realizado no Município de Miracatu através de Empresas contratadas para prestação de serviços à população local, por meio de ônibus urbanos e interurbanos, sendo este, um serviço de caráter essencial. Há rotas partindo do Terminal Rodoviário para os Bairros pertencentes ao próprio Município; para os Municípios do Vale do Ribeira e para outras cidades, como São Paulo, Baixada Santista e Iguape,como mostra a tabela a seguir.

Prestadoras De Serviços	Rotas
Intersul	Intermunicipal
JRL Transportes e Turismo - ME	Urbano e Rural

O Transporte Escolar em Miracatu possui uma frota própria de micro-ônibus “Caminho da Escola”, num total de 09 veículos. Devido à carência de funcionários qualificados, apenas um micro-ônibus executa o transporte escolar.

O Município atende os alunos matriculados nas Redes Municipal (Pré- Escola e Ensino Fundamental I) e Estadual (Ensino Fundamental II, EJA e Médio), totalizando dois mil e quatrocentos alunos.

Para garantir o acesso dos estudantes que dependem de transporte às escolas, foram contratadas 03 empresas para esse fim, como mostra a tabela abaixo.

Foi aprovado na Câmara de vereadores abertura de cargos para motorista escolar e monitor. Estamos no aguardo do Concurso Público para a contratação desses profissionais.

Prestadoras de Serviços	Quantidade de Rotas	Tipo/Veículos
Viação Mina do Vale Transporte e Turismo LTDA	23	Ônibus
Robson Carlos Santos Silva ME	45	Peruas
Trans Escolar	07	Vans e Especial para Cadeirante
Total	75	

Frota De Veículos De Miracatu – 2013 - IBGE	
Automóvel	3.189
Caminhão	631
Caminhão Trator	87
Caminhonete	518
Caminhoneta	204
Micro-ônibus	79
Motocilcleta	1.591
Motoneta	126
Ônibus	37
Trator de rodas	04
Utilitários	14
Outros	157
Total De Veículos	6.637

Fonte:IBGE

7. Magistério da Educação Básica

7.1. Formação dos Trabalhadores da Educação e Valorização do Magistério

Está diminuindo a quantidade de pessoas que ingressa em áreas ligadas à docência . De 2011 a 2012, as matrículas em cursos de graduação em geral cresceram 4,4%,mas nos de Licenciatura o porcentual foi de 0,8%. Ao analisar quem conclui o nível superior, os números preocupam ainda mais. No mesmo período, o total de pessoas que terminou a Licenciatura caiu 6% no país, enquanto as outras áreas apresentaram crescimento. O Brasil já experimenta as consequências do baixo interesse pela docência, portanto, temos um grande desafio pela frente:aumentar a atratividade da carreira docente.

O professor é fundamental para a sociedadee cabe aos Poderes Públicos implementar políticas que promovam a valorização do magistério e do conjunto dos trabalhadores da educação e a melhoria da qualidade do ensino, somente será alcançada se for promovida , ao mesmo tempo, a valorização do magistério.

Diagnóstico

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Miracatu foi criado através da Lei Municipal nº 001 de 12 de Janeiro de 2010, revogando assim, a Lei anterior nº 002/2001, para cumprir o que determina a Lei Federal.Constitui objetivo deste Plano, a Carreira e Valorização dos seus Profissionais, de acordo com as necessidades e diretrizes do Sistema Municipal de Ensino.

O provimento de Cargospara Docência e Diretor de Escola se dá na forma de ingresso, em caráter efetivo, mediante concurso de provas e títulos e passam pelo estágio probatório pelo período de trinta e seis meses, durante o qual sua aptidão e capacidade são objetos de avaliação periódica para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: assiduidade,disciplina,capacidade funcional, eficiência e idoneidade moral e, para as funções de Supervisor, Vice Diretor e Coordenador Pedagógico, Cargo em Comissão.Para ingresso de docentes exige-se comoqualificação mínima o Ensino Médio completo, na modalidade normal para a docência de educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental; e paraDiretor de Escola, Licenciatura Plena com respectiva habilitação ou Pós – Graduação em Administração Escolar.

A Valorização do Integrante Efetivo do Quadro do Magistério de Miracatu ocorre mediante a progressão funcional, por via acadêmica, atravésda apresentação de documentação referente aos seus títulos de Habilitação em Curso Superior de Licenciatura Plena; Curso de Pós Graduação, em Nível de Especialização(Lato-Senso), Mestrado ou Doutorado e por Via não Acadêmica, a qual se efetivará através de Interstício de Tempo e Cursos de pequena Duração.Aformação e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores em educação tem sido uma das mais discutidas e analisadas nas últimas décadas. É fundamental reconhecer a importância destes profissionais para a qualidade do ensino oferecido no Município,

por isso, no planejamento estratégico da educação em Miracatu, toda qualificação recebe atenção especial.

O último concurso público realizado para suprir as necessidades de vagas paradocentes ocorreu no ano de 2011. Neste mesmo ano osaprovados assumiram os cargos de acordo com as vagas existentes como mostra o quadro a seguir.

Os docentes responsáveis pelaEducação de Jovens e Adultos e os professores de Reforçoda rede municipal são contratados por tempo determinado através de Processo Seletivo.

Posse de Cargos- Docência		
Ano	**Ensino Infantil**	**Educação Fundamental**
2011	11	23
2012	12	08
2013	03	08
2014	01	09
Total	27	48

As tabelas a seguir, mostram o número de professoresefetivos que atuam na Rede Municipal de Miracatu.

Tabela 1- Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino-2014

Educação Infantil	
Creche	03
Pré- Escola	28
Total	31

Tabela 2- Funções Docentes por Modalidade e Etapa de Ensino Fundamental- 2014

Ensino Fundamental	
1º Ano	20
2º Ano	20
3º Ano	20
4º Ano	19
5º Ano	15
Classes Anexadas	06
Total	100

Como podemos ver o Quadro de Docentes Efetivos no Município é de 131 professores.Desse total, 18 professores estão afastadospara cargos de coordenação e vice direção.

Tabela 3- Dados Escolaridades Funcões Docentes- Rede Municipal

	Magistério	**Superior incompleto**	**Superior Completo**	**Pós Graduação Especializaçã o**	**Mestrado *cursando +completo**	**Doutorado *cursando +completo**
Professor	10	05	57	41	_	_
Gestor				06	_	_
Coordena dor			08	08	_	_
Vice-Diretor				02	_	_

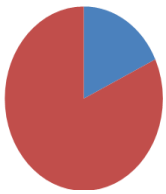
O Município conta com 06 Diretores, sendo 05 de escola de Ensino Fundamental e01 de Educação Infantil; 16 coordenadores, 09 em atividades nas Unidadesde Ensino Fundamental e 03 na Educação Infantil, 04 em exercício no Departamento da Educação e 02 Vice Diretor .

Gestão Financeira da Educação

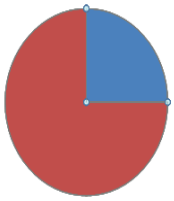
O Brasil é uma República Federativa, composta por entes federados em trêsníveis: a União, os Estados e os Municípios, além do Distrito Federal, que acumula obrigações de estado e de município. Quanto à educação pública, "dever do Estado e da Família", segundo o art.205 da Constituição, na Lei nº 9.394 (LDB), de 1996, que fixa suas diretrizes e bases, distribui o dever de atendimento da seguinte forma:

- **Município**: Educação Infantil (creches e pré-escolas),Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.
- **Estados**: Ensino Fundamental e Médio.
- **União**: Educação Superior e Profissional- Estados e Distrito Federal.

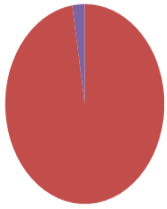
A Constituição Brasileira trata do tema em seu artigo 212 definindo que a União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.Impostos e o salário-educação alimentam os grandes fundos governamentais que financiam o sistema de ensino público.



18% Impostos Federais –Destinados ao financiamento das Instituições de ensino público federais.



25% Impostos estaduais e municipais destinados à Educação Básica.



2,5%Salário-educação-2,5% do recebimento de todos os empregados.

A criação em 2007, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em substituição ao Fundef que vigorou de 1998 a 2006, é uma conquista relevante por ter a função de somar e redistribuir, entre os Estados e os Municípios, parte significativa dos recursos destinados ao ensino. O Fundo contribui para a redução das variadas formas de desigualdades educacionais existentes e maior participação federal no aporte de recursos financeiros, contribuindo para elevação do patamar de investimento no setor. Além dos recursos originários dos entes estaduais e municipais, recursos federais também integram a composição do Fundeb, a título de implementação financeira, com o objetivo de assegurar o valor mínimo nacional por aluno/ano a cada Estado ou Distrito Federal , em que esse limite mínimo não for alcançado com os recursos dos próprios governos.

Outra forma de analisar o investimento na Educação é basear-se no PIB (Produto Interno Bruto), dividindo pela população residente no país. Desta forma teremos o valor per capita.

Estimativa do percentual do Investimento público direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), por nível de ensino-Brasil 2000-2011.

Fonte: Mec/INEP/DEE

Ano	Percentual do investimento público direto em relação ao PIB (Em %)						
		Níveis de Ensino					
				Ensino Fundamental			
	Todos os níveis de ensino	Educação Básica	Educação Infantil	De 1ª a 4ªséries ou anos finais	De 5ª a 8ª séries ou anos finais	Ensino Médio	Educação Superior
2000	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2001	4,0	3,3	0,3	1,3	1,1	0,6	0,7
2002	4,1	3,3	0,3	1,5	1,1	0,4	0,8
2003	3,9	3,2	0,3	1,3	1,0	0,5	0,7
2004	3,9	3,2	0,3	1,3	1,1	0,5	0,7
2005	3,9	3,2	0,3	1,4	1,1	0,4	0,7
2006	4,3	3,6	0,3	1,4	1,3	0,6	0,7
2007	4,5	3,8	0,4	1,5	1,4	0,6	0,7
2008	4,7	4,0	0,4	1,5	1,5	0,7	0,7
2009	5,0	4,2	0,4	1,6	1,6	0,7	0,7
2010	5,1	4,3	0,4	1,6	1,5	0,8	0,8
2011	5,3	4,4	0,5	1,6	1,5	0,9	0,9

Fonte: Mec/INEP/DEE

A Tabela a seguir demonstra um decréscimo de aplicação de impostos e transferências vinculadas à educação, de 27,76% em 2011, para 25,07% em 2013.

Indicadores Legais- Fonte:SIOPE-MEC	2011	2012	2013
Percentual de aplicação das receitas de impostos e transferências vinculadas à educação em MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino)-(mínimo de 25% para estados, DF e municípios)	27,76 %	25,48 %	25,07 %
Percentual de aplicação do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 60%)	64,48 %	61,75 %	64,86 %
Percentual de aplicação do FUNDEB em despesas com MDE, que não remuneração do magistério (máximo de 40%)	29,25 %	37,32 %	31,14 %
Percentual das receitas do FUNDEB não aplicado no exercício (máximo de 5%)	2,25%	0,93%	4,00%

Por outro lado, as despesas com pessoal e encargos sociais da área educacional em relação à despesas com MDE aumentaram de 95,89% para 96,68% em 2012, diminuindo no ano seguinte para 93,86%.

Indicadores de Dispêndio com Pessoal Fonte: SIOPE-MEC 2013	2011	2012	2013
Percentual das despesas com pessoal e encargos sociais da área educacional em relação à despesa total com MDE	95,89%	96,68%	93,86%
Percentual das despesas com professores em relação à despesa total com MDE	39,73%	33,92%	37,74%
Percentual das despesas com profissionais não docentes em relação à despesa total com MDE	0,61%	7,06%	6,72%

Já as despesas com profissionais não docentes em relação à despesa total com MDE, teve um aumento significativo de 0,61% para 7,06% em 2012 .

No que se refere ao percentual de dispêndio financeiro aplicado na educação infantil, verificamos um decréscimo. Em 2012 a aplicação foi de 21,76% dos recursos do FUNDEB e diminuiu em 2013 para 13,28%. Porém, em relação às despesas totais com educação, verificamos uma evolução, de 8,63% em 2011, para13,47%.

Já no que se refere a aplicação dos recursos do FUNDEB no ensino fundamental , houve uma diminuição . Em 2011 os recursos do FUNDEB foram da ordem de 80,89% e em 2013 caiu para 71,73%. O mesmo acontece em relação às despesas totais com educação, houve uma queda de 82,57% em 2011, para 75,15% em 2013.

Indicadores de Dispêndio Financeiro **Fonte: SIOPE-MEC 2013**	**2011**	**2012**	**2013**
Percentual dos recursos do FUNDEB aplicados na educação infantil	16,85%	21,76%	13,28%
Percentual dos recursos do FUNDEB aplicados no ensino fundamental	80,89%	77,30%	71,73%
Percentual das despesas com educação infantil em relação à despesa total com educação	8,63%	12,81%	13,47%
Percentual das despesas com ensino fundamental em relação à despesa total com educação	82,57%	78,67%	75,15%
Percentual de despesas correntes em educação em relação à despesa total em MDE	90,33%	87,64%	97,70%
Percentual de investimentos de capital em educação em relação à despesa total em MDE	9,66%	12,35%	2,29%

A diferença entre o volume de gastos com a educação infantil e o ensino fundamental é de 61,88% a mais para o ensino fundamental.

Indicadores de Gasto por Aluno Fonte: SIOPE-MEC 2013	2011	2012	2013
Gasto educacional por aluno da educação infantil	R$1.895,00	R$3.183,88	R$3.065,17
Gasto educacional por aluno do ensino fundamental	R$7.020,77	R$7.708,74	R$8.020,04
Gasto educacional por aluno da educação de jovens e adultos	R$ 665,96	R$1.098,65	R$1.887,50
Gasto educacional por aluno da educação básica	R$5.437,41	R$6.290,88	R$6.289,93
Gasto educacional por aluno	R$5.464,24	R$6.329,40	R$6.329,71
Despesa com professores por alunos da educação básica	R$2.359,37	R$2.319,21	R$2.652,79
Despesas com profissionais não docentes da área educacional por aluno da educação básica	R$36,61	R$482,76	R$472,68

O gasto educacional por aluno da educação infantil evoluiu significativamente. Houve um aumento de gasto por aluno de aproximadamente 61,70% de 2011 para 2013 na educação infantil. Aumento de números de professores, melhoria da qualidade do material escolar, aumento salarial, contratação de profissionais para atendimento de crianças na faixa etária de 0 (zero) a 03 (três anos), explicam o aumento nos gastos por alunos.

Indicadores de Dispêndio Financeiro Fonte: SIOPE-MEC 2013	2011	2012	2013
Percentual de despesas correntes em educação em relação à despesa total em MDE	90,33%	87,64%	97,70%
Percentual de investimentos de capital em educação em relação à despesa total em MDE	9,66%	12,35%	2,29%

O município gastou em 2013, 97,70% com pessoal, encargos sociais e material de consumo (despesas correntes), e 2,29% com construção, ampliação de escolas e material permanente.

Tabela- Recursos recebidos

	PDDE	PNAE	PNATE	QESE	FUNDEB
2011	6.606,80	391.800,00	159.623,06	1.045.706,06	7.814.475,63
2012	6.163,20	398.040,00	275.688,79	1.148.674,12	8.084.327,12
2013	12.320,00	392.020,00	297.548,44	1.252.743,46	8.714.158,23

- **Diagnóstico**

O Município de Miracatu vem aplicando pouco mais que 25% em educação, conforme dados a seguir: em 2011 aplicou 27,76%, chegando a 25,48% em 2012 e 25,07% em 2013. Em reais, as despesas com educação em 2011 eram de R$-. Em 2013, as despesas alcançaram R$ 17.309.904,78.

Gestão Democrática, Controle Social e Participação

A gestão educacional de Miracatu tem se pautado nos princípios do Art° 206 da Constituição Federal. O Departamento de Educação, a partir da elaboração deste Plano deverá apresentar um organograma mais ampliado, contemplando mais funções para melhor atender toda a comunidade.

Nesse processo administrativo da gestão democrática alguns indicadores são imprescindíveis: a autonomia, a representatividade social e a formaçãoda cidadania. Assim as pessoas que hoje gerenciam a educação municipal tem uma visãocorreta de que a gestão não é um fim mas um meio para, de modo estratégico, superar o autoritarismo, o individualismo, e as desigualdades socioeconômicas. A gestão educacional tanto da secretaria, quanto da escola, deve contribuir para queas escolas sejam instituições articuladoras da comunidade para que possamos ter uma sociedade mais justa e igualitária. A gestão educacionalhoje deve ter como princípio reforçar a participação de todos os segmentos constitutivos da comunidade escolar, para nortear a construção dos Projetos Pedagógicos elaborados e

homologados pelo Conselho Municipal de Educação para valorizar a participação de todos os envolvidos.

Os gestores educacionais de hoje devem fazer com que os Conselhos Escolares sejam instâncias deliberativas e representativas da comunidade com o objetivo de implantar as ações do Projeto Político Pedagógico da escola em consonância com o Plano Municipal de Educação.

Cada vez mais a gestão educacional no Município de Miracatu terá que implementar a avaliação interna e externa das unidades escolares, analisando dados educacionais, identificando a prioridade das ações nas modalidades de ensino estabelecendo metas, estratégias, prazos e recursos financeiros para apresentar ao Conselho Municipal de Educação e a Comissão Municipal de Avaliação este Plano.

O Plano Municipal de Educação terá mecanismos de acompanhamento e avaliação que lhe dêem segurança no prosseguimento das ações e ao longo do período até 2024, nas circunstâncias em que se desenvolverá. A Comissão eleita de forma democrática divulgará o plano e suas ações e promoveráencontros bimestrais para auxiliar na correta condução das ações. A Comissão nomeada pelo Executivo Municipal poderá criar Câmaras Temáticas ou grupos de trabalho para colocar o Plano Municipal em ação.

Plano Municipal de Educação - Miracatu/SP

Relatório de Metas e Estratégias

Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégias:

1.1 Contratar pessoal para acompanhamento nas Escolas Municipais; para tanto, aumentar o quadro de especialistas da educação, (supervisor, coordenador, psicopedagogo), Atendentes de Desenvolvimento Infantil e Professor para as Creches;

1.2 Promover, na organização da rede escolar, quantidades de profissionais não docentes de acordo com a necessidade, assegurando atendimento adequado e com qualidade;

1.3 Ampliar o número de salas para atender a demanda de matrícula de crianças de 0 a 3 anos, até o ano de2016;

1.4 Organizar espaços, mobiliários e materiais variados que favoreçam as experiências das crianças;

1.5 Assegurar, durante a vigência deste Plano, a oferta de programas de capacitação continuada aos profissionais docentes e não docentes da Educação Infantil, de forma que os mesmos atendam as necessidades reais e as peculiaridades desta etapa de ensino;

1.6 Implantar sistema de ensino apostilado para atender a demanda da Educação Infantil;

1.7 Assegurar o fornecimento de materiais pedagógicos, tais como: jogos educativos e brinquedos adequados às faixas etárias e às necessidades do trabalho educacional infantil; partir do ano de 2015;

1.8 Fortalecer estudos e discussões sobre as propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino, a fim de que haja maior compreensão e efetivação de sua prática pelos profissionais de cada instituição;

1.9 Estabelecer parcerias entre os setores da educação, saúde e assistência social, para o atendimento das instituições de educação infantil, de acordo com assuas necessidades, durante a vigência deste Plano;

1.10 Assegurar a oferta periódica de palestras aos pais dos alunos, atendidos nas instituições municipais de Educação Infantil, como forma de integrá-los ao processo educacional, durante a vigência deste Plano;

1.11 Construir, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, novas instituições públicas municipais de Educação Infantil para atender a demanda existente**.**

1.12 Garantir padrões mínimos de infra-estrutura estabelecidos em Lei , assegurando o funcionamento adequado das instituições de Educação Infantil,durante a vigência deste plano.

1.13 Autorizar, a partir da aprovação deste Plano, somente construção e funcionamento de instituições de Educação Infantil que atendam aos padrões mínimos de infra- estrutura definidos nacionalmente.

1.14 Garantir nas UnidadeEscolares de Ensino Fundamental em que hajam classes de pré-escola, salas de aulas exclusivas para o atendimento adequado aos alunos da pré-escolabem como espaços adequados para recreação;

Meta 2: Universalizar, até 2016, o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1 Fortalecer os mecanismos de acompanhamento individual de cada estudante do ensino fundamental;

2.2 Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de Assistência Social,Saúde e Conselho Tutelar;

2.3 Promover atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediantes a concursos municipais e nacionais, como nas Olimpiadas de Língua Portuguesa, Concurso Literário, como também em parceria com Instituições Educacionais,através de Projetos;

2.4 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de evasão e baixa frequência, e garantir em regime de colaboração entre os entes federados, a frequência e o apoio à aprendizagem.

Meta 3: Assegurar, durante a vigência deste Plano, que todas as crianças, sejam alfabetizadas, até no máximo, 8 anos de idade, ao final do 3º (terceiro) final do ciclo de alfabetização.

Estratégias:

3.1 Fortalecer instrumentos de avaliação periódico e específico para aferir a alfabetização das crianças;

3.2 Assegurar que a organização curricular do Ensino Fundamental de nove anos tenha como subsídios teóricos o desenvolvimento de competências e habilidades de forma a apoiara formação do educando para atuar no contexto atual, considerando a heterogeneidade das crianças;

3.3 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas no sistema de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem;

3.4 Incentivar a participação dos docentes que atuam nas classes de alfabetização nos cursos do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Meta 4: Implantar Educação Integral de forma gradativa na Rede Pública Municipal, durante a vigência deste Plano.

Estratégias:

4.1 Oferecer progressivamente educação básica pública em tempo integral com atividades de acompanhamento pedagógico e interdisciplinares;

4.2 Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral;

4.3 Instituir um Pólo de Educação Integral, a médio prazo, em uma das Unidades Escolares da Rede Municipal;garantindo aos alunos, no mínimo, duas refeições;

4.4 Estabelecer formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

4.5 Priorizar atividades complementares nas áreas de aprendizagem cultural, artística, esportivas, de lazer, de direitos humanos, de meio ambiente, de inclusão digital , da promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades;

4.6 Garantir, aos alunos atendidos na Educação Integral **,** em regime de colaboração com outras áreas como saúde e assistência social, a disponibilização de equipamentos e materiais indispensáveis ao seu desenvolvimento, bem como atendimento porequipe multidisciplinar (psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, terapeuta ocupacional).

Meta 5 : Monitorar os objetivos da qualidade da educação a partir da combinação entre fluxo e aprendizagem escolar, visando atingir as metas do IDESP e IDEB até 2021;

Estratégias:

5.1 A partir dos indicadores de rendimento escolar externos promover ações conjuntas, transformando o processo de avaliação em instrumento que auxilie e complete a aprendizagem, de forma reflexiva, respeitando-se os níveis de desenvolvimento dos alunos;

5.2 Investir e fortalecer programas de acompanhamento pedagógico individualizado, oferecendo aulas de reforço escolar,preferencialmente no contra-turno desde o início do ano letivo aos alunos com baixo rendimento escolar, garantindo efetiva aprendizagem que viabilizem avanços nos estudos e conclusão do Ensino Fundamental;

5.3 Garantir a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, na revisão permanente da Proposta Pedagógica e do Regimento

Escolar das instituições de ensino, com observância das Diretrizes Curriculares Nacionais e da proposta curricular em vigência para o Ensino Fundamental

5.4 Fortalecer o Sistema de Avaliação de Rendimento das Escolas Municipais (SAREM), acompanhando os resultados e a partir destes estabelecer ações efetivas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Meta 6: Universalizar o atendimento na Educação Especial para a população de 4(quatro) a 17(dezessete) anos de idade até o final deste Plano.

Estratégias:

6.1 Implantar sala de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais;

6.2 Promover aofertade Atendimento Educacional Especializado complementar aos estudantes matriculados na rede de ensino regular;

6.3 Fornecer material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva;

6.4 Contratar Profissionais habilitados para atuarna área de educação inclusiva, tais como: Tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Cuidador, Professor Auxiliar de Classe e Professor com Formação em Educação Especial.

6.5 Fortalecer e ampliar as ações articuladas e integradas entre as áreas de educação, ação social, saúde e trabalho, para os processos de avaliação, diagnóstico diferencial, atendimento educacional e preparação para o trabalho;

6.6 Assegurar transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldades de locomoção,baixa mobilidade e dependência de auto-cuidados, garantindo a companhia de responsável, quando necessário;

6.7 Promover cursos de capacitação e especialização para professores, coordenadores e monitores que atuam na educação especial ou no ensino regular com alunos inclusos;

6.8 Estabelecer programas de adequações arquitetônicas, garantindo acessibilidade aos alunos nas escolas.

Estratégias:

Meta 7: Estabelecer, a partir da aprovação do PME, programas visando à alfabetização de jovens e adultos e, até o final da década, oferecer educação profissional de forma integrada e diminuir significativamente o analfabetismo no Município.

7.1 Localizar a população analfabeta do município por bairro/distrito e/ou locais de trabalho, visando programar a oferta de educação de jovens e adultos para essa população;

7.2 Promover ampla divulgação da oferta de matrículas para a Educação de Jovens e Adultos, através dos meios de comunicação disponíveis.

7.3 Assegurar, a oferta de Educação de Jovens e Adultos, equivalente aos 5 (cinco) anos iniciais do Ensino Fundamental para população de 15 anos e mais que não tenha cursado este nível de escolaridade;

7.4 Construir e/ou aperfeiçoar a Proposta Pedagógica, Planos de Estudos e Regimentos Escolares, contemplando a educação de jovens e adultos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, respeitando-se as especificidades da clientela e possibilitando o prosseguimento nos estudos;

7.5 Articular com o Ministério da Educação a garantia de material didático pedagógico, adequado à clientela, para os cursos em nível de Ensino

Fundamental para Jovens e Adultos, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais.

7.6 Assegurar e incentivar a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento docente.

7.7 Garantir acesso e transporte para alunos de área rural e bairros distantes às escolas e salas da EJA;

7.8 Estabelecer a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, em parceria com instituições públicas e privadas .

Meta 8: Triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público durante a vigência do PME.

Estratégias:

8.1 Assegurar a implantação de cursos de nível técnico integrado ao Ensino Médio no Município de Miracatu.

8.2 Promover o desenvolvimento do Ensino Técnico articulado às necessidades da região.

8.3 Realizar pesquisas e estudos sobre as necessidades de formação, objetivando o desenvolvimento do ensino de nível técnico.

8.4 Implantar política de financiamento para o Ensino Técnico.

8.5 Assegurar parceria com as instituições públicas e privadas, visando a expansão dessa modalidade.

Meta 9: Assegurar, a partir da aprovação deste Plano, a revisão e adequação do Plano de Carreira e Remuneração e o Estatuto do Magistério Público do Município de Miracatu.

Estratégias:

9.1 Instituir mecanismos para identificar e mapear as necessidades de formação continuada dos profissionais da educação, atualizando os dados a cada dois anos.

9.2 Estabelecer parcerias com instituições de educação superior visando a oferta de cursos de formação com foco na prática educativa que estimulem o aperfeiçoamento do ensino e a formação docente.

9.3 Assegurar a oferta de Cursos de Formação Continuada a todos os Profissionais da Educação (docência, técnica e administrativa e de apoio).

9.4 Incentivar e valorizar a participação dos profissionais do magistério nos cursos de especialização na área de educação.

9.5 Propor cursos de pós-graduação aos profissionais da Educação do Município, por meio de parcerias com as Instituições Formadoras.

9.6 Instituir Sistema de Avaliação de Desempenho para todos os profissionais da Educação da rede municipal de Ensino, no prazo de dois anos após a aprovação deste Plano.

9.7 Assegurar a efetiva participação dos profissionais da educação na revisão do Plano de Carreira em consonância com a legislação vigente.

9.8 Incentivar, durante a vigência deste Plano, os profissionais do Magistério, da rede municipal de ensino, para que, por meio de parcerias promovidas pelas mantenedoras com as instituições de educação superior, frequentem cursos de

educação especial, a fim de que possam atender, com qualidade, os alunos com necessidades educacionais especiais, inclusos nas salas regulares.

9.9 Realizar, durante a vigência deste Plano, seminários e/ou conferências municipais de educação para tratar de assuntos educacionais relevantes, envolvendo os profissionais da educação e a comunidade.

9.10 Incentivar, durante a vigência deste Plano, os professores do magistério da Rede Municipal de Ensino a buscarem o conhecimento e a incorporação de novas tecnologias, possibilitando a sua utilização na implementação do planejamento e execução das suas atividades profissionais.

Meta 10: Assegurar, a partir da aprovação deste PME, o exercício da gestão participativa na rede de ensino.

10.1 Fortalecer e apoiar os conselhos escolares e outras formas de participação da comunidade escolar, para melhoria das instituições de Ensino e enriquecimento das oportunidades educativas e dos recursos pedagógicos.

10.2 Promover encontros de conselheiros, visando à integração das ações educativas e a formação dos mesmos;

10.3 Garantir a atuação da equipe gestora das Unidades Escolares na elaboração e efetivação de projetos, programas, ações educacionais e outras situações do sistema educacional;

10.4 Viabilizar o trabalho expresso no Projeto Político Pedagógico das escolas, garantindo as condições de trabalho definidas pelas instâncias colegiadas.

10.5 Unir forças com as famílias, valorizar saberes locais e encadear ações para o desenvolvimento das crianças, fortalecendo a base da relação entre a escola e o entorno.

10.6 Incentivar a organização de Grêmio Estudantil.

11. Ampliar os investimentos em Educação, através do aumento progressivo dos percentuais destinados a este setor.

11.1 Assegurar recursos para a implantação do PME nos planos plurianuais do Município;

11.2 Criar, até um ano após a entrada em vigor deste PME, no âmbito do Departamento Municipal de Educação, um Conselho de Acompanhamento deste PME;

11.3 Elaborar a proposta orçamentária anual do Departamento Municipal da Educação com base em levantamento das principais necessidades da rede escolar;

11.4 Promover a revisão dos instrumentos de arrecadação municipal.

11.5 Garantir padrões adequados de infraestrutura dos prédios escolares com espaços diferenciados dotados de ventilação, iluminação, insolação, com condições sanitárias adequadas e acessibilidade;

11.6 Garantir a aplicação de, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, exclusivamente na Educação Básica Pública Municipal, em consonância com a evolução do PIB e critérios definidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;

11.7 Garantir a aplicação integral da receita de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Meta 12: Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

12.1 Favorecer momentos de exposição, desenvolvimento e valorização de talentos de alunos e professores, estabelecendo , para tanto, parceria entre as redes de ensino.

12.2 Apoiar o contato permanente entre o Ensino Médio e Instituições de Ensino Superior (IES), com o objetivo de troca de experiências e atualização, integrando o aluno do Ensino Médio com o mundo acadêmico.

12.3 Apoiar a ampliação de cursos profissionalizantes, integrados e subsequentes ao Ensino Médio no Município.

12.4 Assegurar, em regime de colaboração com a Rede Municipal, o transporte escolar, adequado e exclusivo, para alunos do município, conforme suas necessidades (físico-motoras) e distâncias;

12.5 Apoiar a promoção de atividades interativas das escolas públicas e particulares, visando um maior entrosamento e troca de experiências.

12.6 Colaborar com a Rede Estadual de Ensino a diversidade de atividades na área esportiva.

12.7 Proporcionar a capacitação e formação continuada dos profissionais da educação.

12.8 Fomentar atividades que visem ao desenvolvimento integral dos alunos nessa etapa educacional.

12.9 Incentivar a qualificação profissional e a preparação para o mercado de trabalho.

12.10 Colaborar com as unidades estaduais para garantir o acesso e a permanência de cada jovem nessa etapa escolar.

12.11 Criar mecanismos de aproximação entre o aluno do ensino médio e as várias formas de linguagem: digital, científica, filosófica, etc.

12.12 Favorecer meios que favoreçam a constante melhoria do processo ensino-aprendizagem.